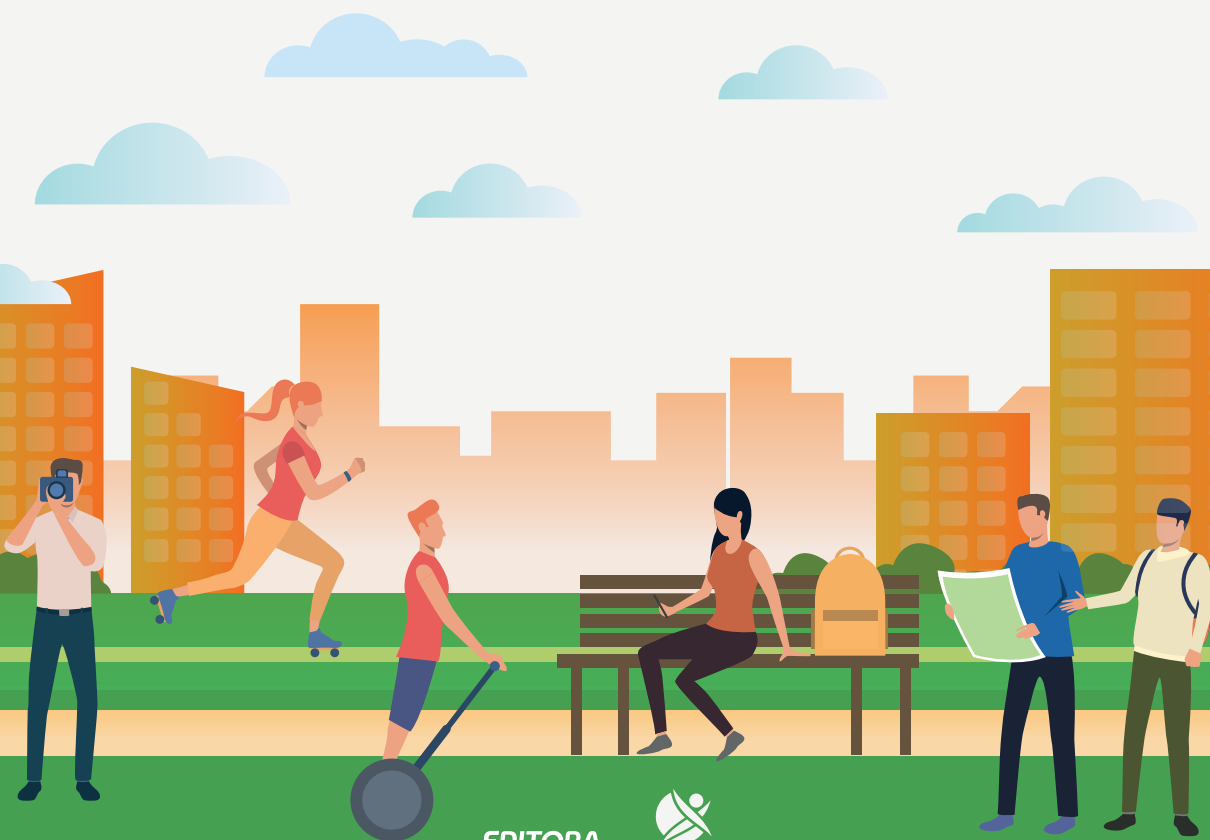


Tadiane Regina Popp, Evandro Guindani, Suelen Aparecida Padilha Prando,
Edson Douglas Casagrande e Izoete Riquetti

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A ODS 11 NA INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



EDITORA
UNOESC

UNOESC
On-line

© 2025 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro

Revisão metodológica: Carlos Libman

Projeto gráfico: Simone Dal Moro

Diagramação: Simone Dal Moro

Capa: Gustavo Souza Goulart

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C568

Cidades e comunidades sustentáveis: a ODS 11 na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão / Tadiane Regina Popp [et al.]. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2025.

64 p. : il. ; 23 cm

ISBN e-book: 978-85-8422-259-9

Inclui bibliografias

1. Cidades e vilas. 2. Habitações. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Violência urbana. 5. Políticas públicas. I. Guindani, Evandro, [et al.]. II. Prando, Suelen Aparecida Padilha, [et al.]. III. Casagrande, Edson Douglas, [et al.]. IV. Riquetti, Izoete, [et al.]

CDD 378.1554098164

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Carlos Eduardo Carvalho

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Carla Fabiana Cazella

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Ensino
Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo

Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Kurt Schneider

Tiago de Matia

Aline Pertile Remor

Marcos Cordeiro Freitas

Juliano Spuldaro

Ieda Margarete Oro

Robison Tramontina

Thais Janaina Wenczenovicz

Simone Silveira

Maurício Vicente Alves

Rodrigo Geremias

Marconi Januário

Marilda Pasqual Schneider

Camila Rostirola

APRESENTAÇÃO

Este e-book é resultado do projeto de extensão: O cenário regional da ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis, desenvolvido no âmbito da UNOESC On-line no constante desafio de associar o “saber” e o “fazer”, cujo propósito é analisar e refletir sobre as condições urbanas e rurais da região Oeste de Santa Catarina, com base nos indicadores do ODS 11.

A escolha do tema da pesquisa de extensão se deu diante dos processos de urbanização desordenada e a busca por qualidade de vida que estão alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11).

Definido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), o ODS 11 visa “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, abordando questões como moradia, mobilidade, saneamento, espaços públicos, segurança, cultura e participação social. Esses desafios, complexos e interdependentes, exigem um olhar crítico sobre o cenário regional, especialmente no Brasil, onde a desigualdade social e as carências estruturais são históricas.

As atividades de extensão buscam promover o contato com realidades fora da Universidade, e nesse sentido o projeto de extensão teve como objetivo compreender em que condições estão os municípios da região Oeste e Planalto Catarinense, em relação às cidades e comunidades sustentáveis de acordo com indicadores do ODS 11, a partir da percepção de estudantes do ensino médio.

Os resultados apresentados nos capítulos, consideram a pesquisa de opinião realizada junto a 1.238 alunos do ensino médio, participantes do “UNOESC day”, um evento institucional promovido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), que reúne comunidade acadêmica das escolas de ensino médio da região, proporcionando momentos de



integração, aprendizado, vivências universitárias e orientações sobre os cursos de graduação ofertados pela universidade.

Com o propósito de apresentar e disseminar os resultados deste projeto de extensão, este e-book busca contribuir para o debate acadêmico, a formulação de políticas públicas e a conscientização da sociedade sobre a importância de construir cidades mais humanas, inclusivas, resilientes e sustentáveis.

Dessa forma, as próximas páginas reúnem uma análise necessária na sociedade atual, que avança tecnologicamente, mas ignora as condições de vida humana, demonstrando o papel fundamental da universidade na construção de saberes comprometidos com o bem-estar coletivo.

O Capítulo 1 – Moradia e Mobilidade Urbana aborda os desafios da infraestrutura básica, destacando a precariedade de moradias, a vulnerabilidade de domicílios a alagamentos e deslizamentos, e as dificuldades enfrentadas pelas populações urbanas e rurais no acesso a saneamento básico e água potável. Segundo o Instituto Trata Brasil (2025), “a universalização do saneamento básico no país ainda é um desafio, impactando diretamente a saúde pública e o meio ambiente”. Além disso, a análise dos dados revelou que mais de 40% dos entrevistados residem em imóveis alugados ou cedidos, e esses moradores apresentam maior vulnerabilidade socioambiental. A qualidade do transporte público, por sua vez, foi apontada como insatisfatória por mais de 70% dos usuários entrevistados, reforçando o alerta da Confederação Nacional do Transporte (2024) de que o Brasil precisa de cerca de 8.900 km adicionais de infraestrutura para melhorar o sistema de transporte coletivo. Esses dados refletem as desigualdades territoriais e o desafio de garantir mobilidade segura e acessível para todos, como previsto na meta 11.2 da ONU (2015).

O Capítulo 2 – Espaço Público, Cultura, Violência e Segurança Pública aprofunda o debate sobre a sensação de segurança, a incidência de violência física entre vizinhos, e a preservação dos espaços públicos



e do patrimônio cultural. Embora 90% dos entrevistados relatam se sentir seguros em suas localidades, os dados oficiais indicam que o Brasil registrou, em 2022, 46.409 homicídios, com uma taxa de 21,7 por 100 mil habitantes (IPEA, 2024). Essa aparente contradição entre percepção e realidade evidencia a complexidade da questão da segurança pública. Além disso, a pesquisa revela que 50% dos entrevistados afirmaram não presenciar atos de vandalismo, mas destacam a relação entre maior violência e depredação de espaços públicos em áreas economicamente vulneráveis. Conforme Mora (2009), “os espaços públicos urbanos devem permitir, para além da integração dos cidadãos, o encontro, a permanência, a recreação, a expressão cultural, o contato das pessoas com a natureza e a preservação dos sistemas naturais no meio urbano”. A baixa participação em conselhos comunitários e organizações sociais, registrada em menos de 30% dos entrevistados, reforça o alerta de Presoto e Westphal (2005) sobre a importância da participação social como ferramenta de controle social e aprimoramento das políticas públicas.

O Capítulo 3 – ODS 11 e Políticas Públicas: Desafios para a Sustentabilidade e o Ensino Superior articula os dados anteriores com a análise das políticas públicas e da formação cidadã. Ressalta-se o papel do Ministério das Cidades, recriado em 2023, na articulação de políticas para habitação, saneamento, mobilidade, preservação cultural e segurança urbana (BRASIL, 2023). Entretanto, como destacam Cavalcanti e Costa (2023), “a implementação de políticas públicas urbanas no Brasil enfrenta obstáculos como a fragmentação institucional, a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de articulação entre os diferentes níveis de governo”. O capítulo também destaca o papel do ensino superior na formação de profissionais capazes de atuar de forma crítica e interdisciplinar na gestão urbana sustentável, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001), que enfatizam a necessidade de abordar temas transversais como ética, direitos humanos, pluralidade cultural e sustentabilidade.



Este e-book representa mais do que um diagnóstico regional sobre sustentabilidade urbana; constitui-se como um exemplo concreto de como a universidade pode cumprir seu papel social ao integrar ensino, pesquisa e extensão na busca por soluções para os desafios contemporâneos. Ao dar voz aos estudantes do ensino médio da região Oeste e Planalto, uma pesquisa demonstrou que a construção de cidades e comunidades sustentáveis passa necessariamente pelo envolvimento das novas gerações e pela valorização dos saberes locais.

Os dados apresentados revelam uma realidade complexa, onde avanços tecnológicos coexistem com vulnerabilidades socioambientais históricas. A percepção dos jovens sobre moradia, mobilidade, segurança e participação social evidencia tanto os desafios quanto as potencialidades do território regional. Mais importante, mostra que a sustentabilidade não é apenas uma meta global, mas uma construção cotidiana que exige o protagonismo das comunidades locais.

A integração entre as dimensões globais e locais, preconizada pela UNESCO e pela ONU, encontra neste trabalho uma materialização prática. A universidade, ao promover o diálogo entre conhecimento acadêmico e realidades territoriais, cumpre sua função transformadora e reafirma que não há desenvolvimento sustentável sem educação comprometida, pesquisa engajada e extensão dialógica.

Por fim, este material não se encerra em si mesmo, mas convida à continuidade: os gestores públicos a considerarem as percepções aqui apresentadas, os educadores a integrarem a sustentabilidade urbana em suas práticas, e a própria comunidade acadêmica a persistir na construção de saberes que contribuem efetivamente para territórios mais justos, inclusivos e sustentáveis. Afinal, como demonstrado ao longo destas páginas, a transformação social acontece quando universidade e sociedade caminham juntas na direção de um futuro comum.



PREFÁCIO

Apresentamos a você leitor(a) mais um trabalho de pesquisa desenvolvido na Unoesc on-line, resultado do envolvimento de professores que se dedicam ao ensino, a pesquisa e a extensão. Esta é a segunda obra realizada a partir de uma pesquisa de opinião aplicada pelos estudantes dos cursos de graduação on-line da Unoesc, em todos os campi, com estudantes de ensino médio durante o evento “Unoesc Day”. A primeira obra com o título “Mudanças climáticas: percepções e comportamentos”, alinhada a ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, publicada em 2024, apresentou reflexões sobre os efeitos e consequências das questões climáticas e ambientais, demonstrando como pequenas atitudes se relacionam com o mundo à sua volta e o papel da família, da comunidade e das cidades frente às mudanças climáticas que enfrentamos.

Esta obra apresenta o tema “Cidades e comunidades sustentáveis”, um estudo baseado de uma experiência concreta: a realização de um projeto de extensão universitária que envolveu estudantes, professores e escolas de ensino médio do Oeste e Planalto Catarinense, tendo como eixo central a ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, que trata das necessidades para tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Mais do que levantar dados, essa proposta buscou interpretar, com criticidade, a forma como os jovens percebem os territórios que habitam, suas moradias, espaços públicos, formas de mobilidade, segurança e cultura, a partir desse olhar, analisar as potencialidades e contradições que marcam o desenvolvimento urbano na região.

Esta publicação, além da sua relevância acadêmica, cumpre um papel social, trazendo contribuições para a elaboração de políticas públicas, ações comunitárias, projetos educacionais e investimentos

urbanos sustentáveis nos seguintes eixos da ODS 11: planejamento urbano, a justiça social, a mobilidade, a infraestrutura e a preservação ambiental consequências desse grande problema mundial.

Organizado em três capítulos, este e-book apresenta uma análise fundamentada na ODS11 e nas percepções dos estudantes em relação as comunidades onde estão inseridos. O primeiro capítulo trata das condições de moradia e mobilidade urbana, revelando os desafios estruturais que impactam diretamente a qualidade de vida, sobretudo entre populações vulneráveis que reforçam a necessidade de políticas públicas de habitação, saneamento e mobilidade.

O segundo capítulo investiga os espaços públicos, abordando aspectos relacionados à cultura, segurança e participação comunitária, articulando dados de percepção com referências sobre violência urbana e patrimônio. O capítulo convida à reflexão sobre a função dos ambientes urbanos enquanto locais de convivência, expressão cultural e cidadania, reforçando o desafio de engajar as pessoas em conselhos comunitários e organizações sociais.

Para finalizar, o terceiro capítulo articula os dados coletados com metas estabelecidas na ODS 11, ampliando a discussão sobre as políticas públicas e a sustentabilidade das comunidades, especialmente no que tange a moradia, saneamento, mobilidade, segurança e preservação cultural. De outro lado, para além das políticas públicas, a necessidade de fortalecer nos currículos de formação dos profissionais os temas transversais como ética, direitos humanos e sustentabilidade.

Esta obra coloca a ODS 11 no centro do debate acadêmico e social, é um fonte de dados e contribuições para as discussões sobre o desenvolvimento das comunidades na região oeste de Santa Catarina, convida o leitor a refletir sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — não como um discurso institucional, mas como prática educativa comprometida com o desenvolvimento regional, com os sujeitos que nele habitam e com os desafios reais que enfrentam. A



presença ativa da universidade nas comunidades, promovendo escuta, análise crítica e construção de soluções, reafirma o valor da educação superior como instrumento de transformação social.

Espero que esta leitura inspire gestores, educadores, estudantes e cidadãos a reconhecerem a sustentabilidade como uma responsabilidade coletiva e cotidiana, e que possamos promover mudanças nos pequenos espaços que habitamos, capazes de reverberar em direção a um mundo melhor para todos.

Profa. Roseli Rocha Moterle
Coordenadora da Unoesc On-line



CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A ODS 11 NA INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PREFÁCIO	7
CAPÍTULO 1	
MORADIA E MOBILIDADE URBANA	13
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 QUESTÃO AMBIENTAL, HABITACIONAL E SANEAMENTO ..	15
1.2 TRANSPORTE PÚBLICO: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE (3)	29
CAPÍTULO 2	
O ESPAÇO PÚBLICO EM ANÁLISE: CULTURA, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	37
1 INTRODUÇÃO	38
2.1 SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA	38
2.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL	42
2.3. CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	47
CAPÍTULO 3	
ODS 11 E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE E O ENSINO SUPERIOR	55
1 INTRODUÇÃO	56
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ODS 11: CONCEITOS E CONEXÕES	56
3 ENSINO SUPERIOR, TEMAS TRANSVERSAIS E A FORMAÇÃO CIDADÃ	58





CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A ODS 11 NA INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



CAPÍTULO 1

MORADIA E MOBILIDADE URBANA



1 INTRODUÇÃO

O estudo *World Urbanization Prospects: the 2014 revision*, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2014), revela que há um século, havia menos de vinte cidades ao redor do mundo, com população acima de 1 milhão de habitantes. Em 2010, esse número avançou para 436 e as projeções indicavam mais de 500 cidades, com população acima de 1 milhão de habitantes, até o final de 2015. O mesmo estudo mostra que a população global, projetada para 2050, deverá saltar dos 7,3 para aproximadamente 9,5 bilhões de pessoas, sendo que a população urbana terá saltado de 3,9 para algo perto de 6,3 bilhões de pessoas. Isso significa que, enquanto a população mundial terá crescido, de 2015 até 2050, à ordem 30,4%, a população urbana, no mesmo período, terá crescido na ordem de 60,2%.

Esses dados apontam para a necessidade de estudos e pesquisas que possam subsidiar políticas públicas para um efetivo planejamento urbano na perspectiva da sustentabilidade e qualidade de vida para todos.

Na perspectiva de contribuir com esta temática, este capítulo apresenta resultados das entrevistas realizadas, a partir de duas grandes categorias, sendo a primeira denominada: **Questão ambiental, habitacional e saneamento**. Esta primeira categoria contempla questões geográficas de domicílio (rural ou urbano), qualidade de vida quanto à poluição sonora, qualidade da água, bem como das condições dos imóveis quanto à vulnerabilidade em relação à umidade, chuva e deslizamentos. Além desses fatores serão discutidos a questão da coleta e tratamento do lixo.

A segunda categoria que compõe este capítulo denomina-se **Transporte público: mobilidade e acessibilidade**. A mesma contempla uso e qualidade do transporte público, bem como a questão da acessibilidade. Além disso, aborda a questão da facilidade da mobilidade em relação à pavimentação das ruas.





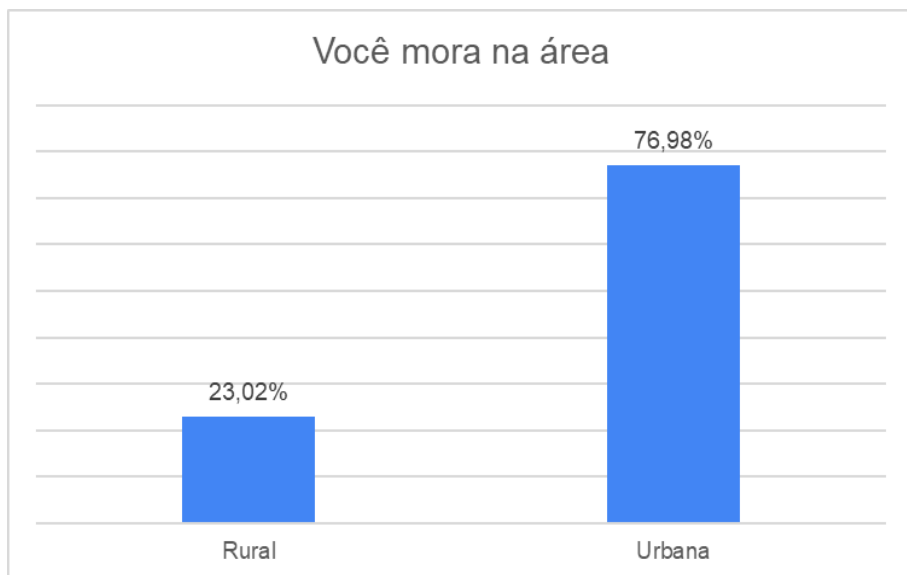
De acordo com o Núcleo de pesquisa e extensão da USP sobre alimentação sustentável (2020), a urbanização acelerada no Brasil tem levado ao crescimento de áreas urbanas, muitas vezes sem o devido planejamento, resultando em ocupações irregulares e domicílios situados em áreas de risco, como encostas sujeitas a deslizamentos e regiões com infraestrutura precária.

1.1 QUESTÃO AMBIENTAL, HABITACIONAL E SANEAMENTO

Nesta categoria apresentaremos os dados relativos ao local de moradia, bem como questões relacionadas à qualidade de vida como poluição sonora, qualidade da água, condições de moradia, mais especificamente quanto à infiltração de umidade, odores, presença de fungos, vulnerabilidade do imóvel em relação às fortes chuvas. O percentual de locatários e proprietários da residência bem como a questão do tratamento do lixo quanto à coleta seletiva

Gráfico 1 – Localização geográfica da moradia (urbana/rural)





Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

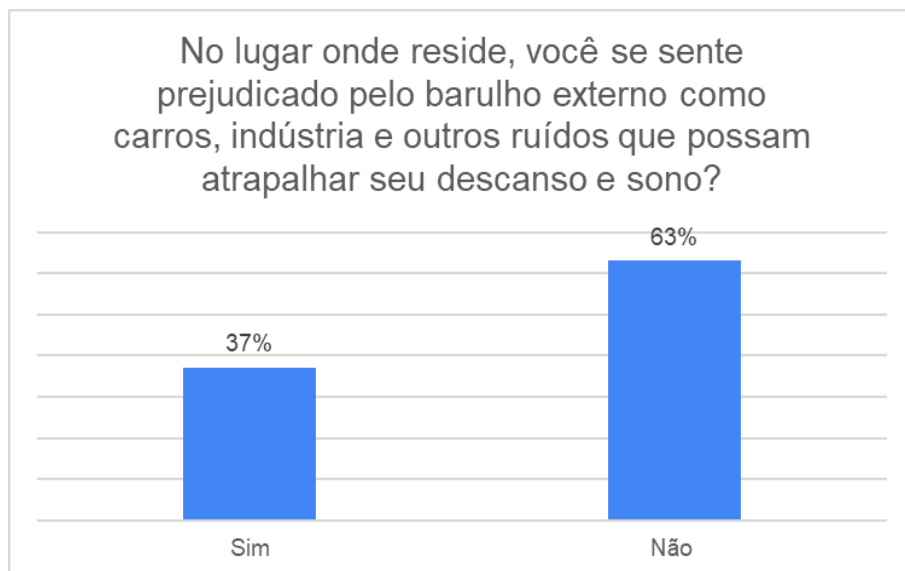
A maioria do público pesquisado concentra-se na área urbana, mas ainda há uma significativa parcela na zona rural. De acordo com o último Censo (IBGE, 2022), 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. Verifica-se assim que a população rural desse universo pesquisado ultrapassa em 10% a média nacional. Regis (2016) em sua pesquisa, relata que o campo e a cidade não são dicotômicos mas sim, marcados por realidades distintas e não opostas. Possuem diversidade cultural, mas se imbricam em um contexto no qual as culturas são híbridas, criam-se e recriam-se e dialogam entre si. Desta maneira, segundo o autor, a circulação campo cidade se intensifica, e determinadas ações se tornam homogêneas e comuns tanto ao campo, quanto à cidade, como, por exemplo, assistir televisão, usar tendências da moda.

Ao olharmos para a região Oeste de Santa Catarina percebemos com muita clareza essa indissociabilidade entre campo e cidade, no que se refere às relações de parentesco bem como hábitos, costumes e comunicação constante. A mobilidade entre cidade e interior é algo



próprio desta região. A próxima questão busca analisar a questão da poluição sonora.

Gráfico 2 – Percepção dos entrevistados sobre a poluição sonora

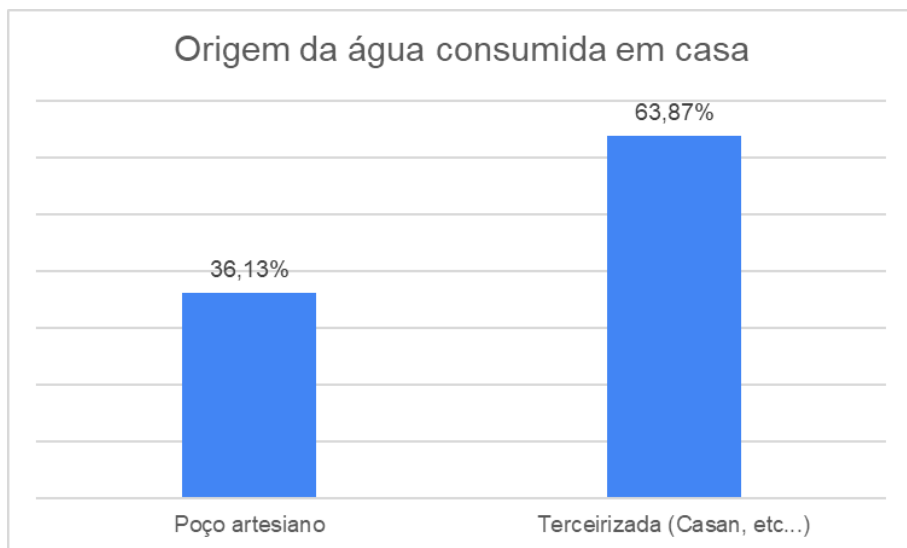


Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Os dados revelam que a maioria dos entrevistados não sofre com poluição sonora. De acordo com Lacerda et al (2005) a poluição sonora é um desafio crescente nos centros urbanos, impactando negativamente a saúde e o bem-estar da população. Efeitos como irritabilidade, insônia e até doenças cardiovasculares estão associados à exposição constante ao ruído, tornando-se um problema de saúde pública. Medidas para mitigar a poluição sonora incluem a criação de zonas de silêncio, isolamento acústico de edifícios e regulamentação de atividades ruidosas.

Em relação ao consumo de água:

Gráfico 3 – Origem da água consumida no domicílio (empresa terceirizada/poço artesiano/ambas)



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Verifica-se que mais da metade dos entrevistados possui origem da água de empresa terceirizada. Em uma análise mais específica, verifica-se que 43% da população da zona rural possui a origem da sua água proveniente de poço artesiano. Dentre a população urbana, esse índice cai para 10%. Apenas 1% dos entrevistados responderam que consomem água das duas origens, e destes, 60% estão na área urbana, sendo um da cidade de Chapecó e sete de São Miguel D'Oeste.

De acordo com o Instituto Trata Brasil (Mais de 160 mil piscinas... 2025) a qualidade da água potável no Brasil enfrenta desafios significativos, principalmente devido à baixa cobertura do saneamento básico e ao despejo de esgoto não tratado nos corpos d'água. Em 2025, estima-se que apenas 52,2% do esgoto gerado no país seja tratado, o que resulta no despejo diário de um volume equivalente a 162 mil piscinas olímpicas de esgoto bruto no meio ambiente. Essa contaminação compromete diretamente a qualidade da água potável, impactando a saúde pública e o meio ambiente, especialmente em áreas com saneamento precário, onde aumentam as doenças de veiculação hídrica, como diarreia e leptospirose.



A Necta Inova (2025) relata algumas discussões ocorridas no P3C, um evento que ocorreu em fevereiro de 2025, focado nos investimentos em infraestrutura, reunindo empresas, entidades e governos com o objetivo de debater a colaboração entre diferentes atores. Segundo a entidade, o Brasil ainda enfrenta desigualdades regionais no acesso à água de qualidade. Cerca de 17% da população não possui abastecimento de água encanada e aproximadamente 40% vivem sem rede de esgoto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SNIS). Essas condições agravam a vulnerabilidade social e dificultam o alcance das metas de universalização do acesso à água potável, previstas no Marco Legal do Saneamento, que visa atender 99% da população até 2033.

Segundo a Plataforma Saneamento Ambiental (2025) para enfrentar esses desafios, o governo federal lançou programas estruturantes como o Novo PAC, que destina R\$ 2 bilhões para melhorar o abastecimento urbano de água, além de investimentos em coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos. O programa Água Para Todos, por exemplo, foca em ampliar o acesso à água em municípios com maiores déficits de saneamento, especialmente em áreas rurais e regiões semiáridas, como o Nordeste, onde a disponibilidade hídrica é limitada. Além dos investimentos, há uma crescente participação do setor privado na gestão dos serviços de saneamento, que pode ampliar a eficiência e cobertura do tratamento de água e esgoto. Estima-se que até 2025 operadores privados possam atender até metade do mercado brasileiro, impulsionados por novos leilões e marcos regulatórios que estimulem investimentos de cerca de R\$ 700 bilhões para universalização do saneamento até 2033.

Em síntese, a qualidade da água potável no Brasil está diretamente ligada à expansão e melhoria do saneamento básico, que ainda é insuficiente em muitas regiões. O avanço depende de investimentos públicos e privados, políticas integradas e ações contínuas para tratar

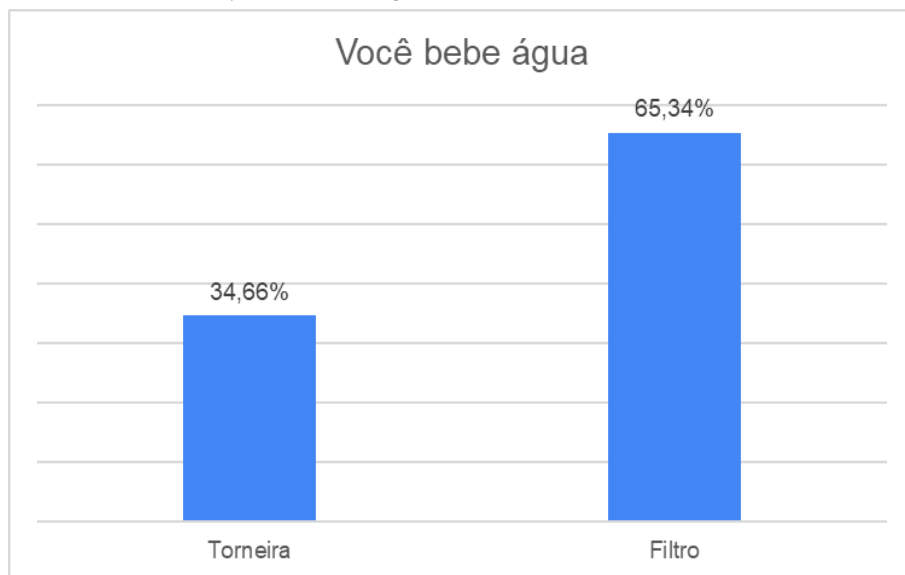


esgoto, proteger mananciais e garantir água segura para toda a população, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental (ABRASCO, 2009) concluiu que a qualidade da água é outro fator essencial para a saúde urbana. A falta de acesso à água potável e ao saneamento básico contribui para a disseminação de doenças e compromete o bem-estar das comunidades, especialmente nas periferias urbanas e áreas rurais.

Seguimos adiante analisando a fonte da água ingerida em cada domicílio.

Gráfico 4 – Forma de purificação da água consumida no domicílio (filtro/torneira)



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

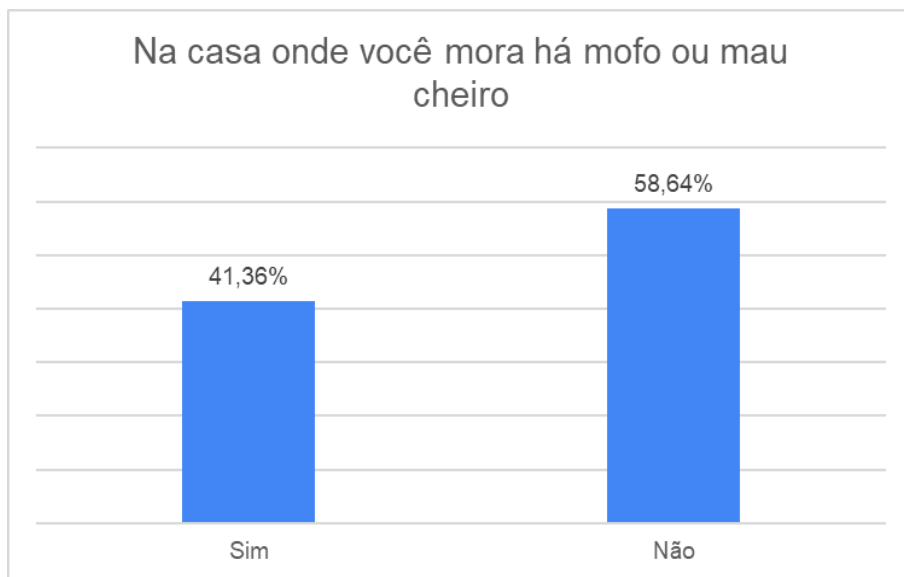
Mais de 60% utiliza o filtro para purificar a água, porém quase 40% dos entrevistados ainda relatam beber água diretamente da torneira. Dentre a população rural, apenas 14% relatam tomar água da torneira, enquanto que no meio urbano esse índice sobe para 17%.



De acordo com Abrasco (2009) no que se refere à disponibilidade de água potável e saneamento básico, serviços que apresentam nítida relação com a saúde, apesar da grande expansão na oferta nas últimas décadas, observa-se que esse crescimento tem sido insuficiente para suprir as sempre crescentes “necessidades básicas da população”, em função da urbanização acelerada e consequente aquisição de novos hábitos de consumo.

A próxima questão analisa a qualidade de vida dentro de cada residência.

Gráfico 5 – Condições do imóvel quanto à presença de mofo ou mau cheiro



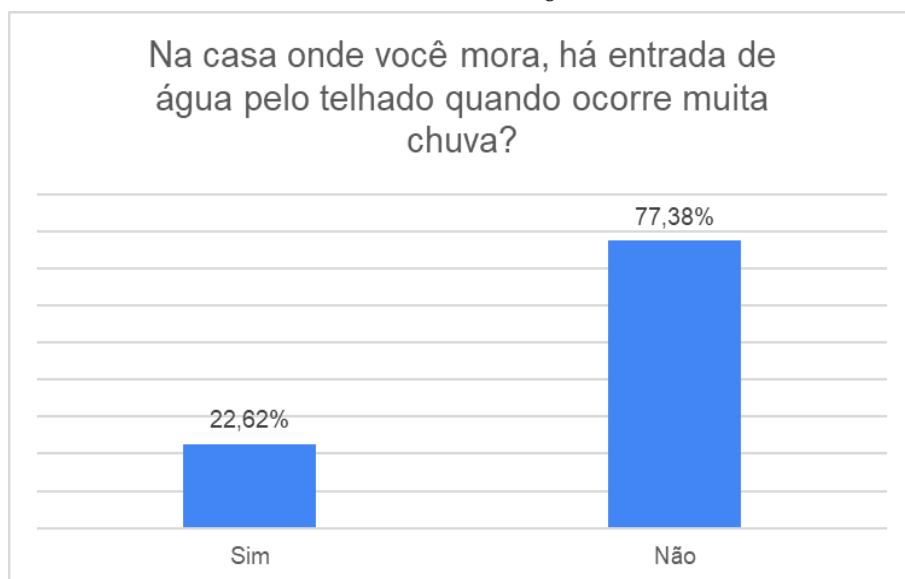
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Mesmo que 58% declarem não residir em locais com mofo ou mau cheiro, o índice de 41,36% representa um número de 507 residências. Dentre a população rural, 32% responderam sim à questão, este percentual sobe, dentre a população urbana, com 47%. 44% das pessoas que moram em casas alugadas ou cedidas, responderam sim, enquanto

que dentre as pessoas que residem em casa própria, esse índice cai para 39%. Os dados demonstram que em relação à insalubridade do imóvel, a população urbana, que não possui casa própria, é a mais vulnerável.

Abaixo, evidenciaremos a vulnerabilidade do domicílio em relação à água da chuva.

Gráfico 6 – Vulnerabilidade do imóvel à entrada de água da chuva



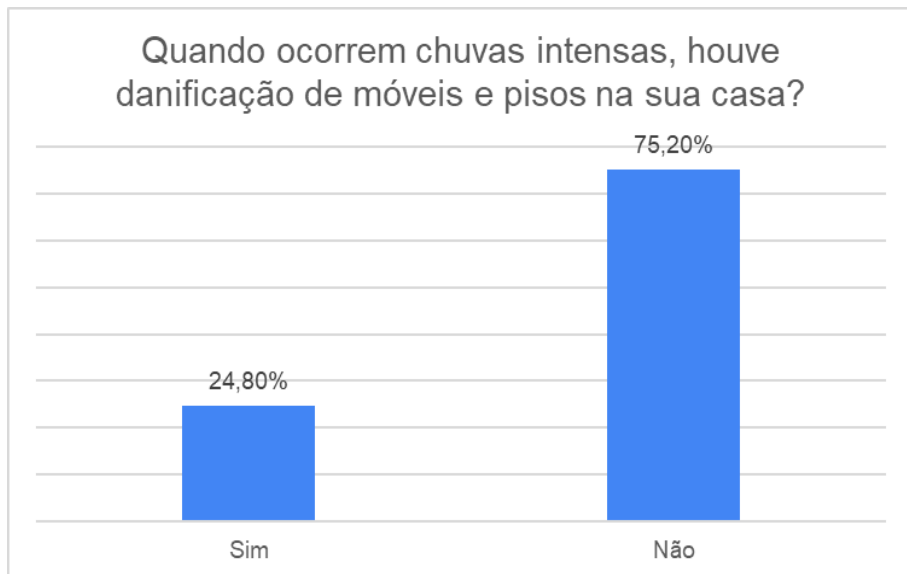
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Quase 80% declaram residir em imóveis não vulneráveis à chuva. O percentual de pessoas que responderam sim, corresponde a 280 residências. Dentre a população rural, 25% responderam afirmativamente, enquanto que esse índice cai para 21% dentre a população urbana. 20% daqueles que declaram ser proprietários de seus imóveis responderam sim, enquanto 26% dos que não residem em casa própria responderam afirmativamente. Em síntese, a pesquisa revela que a zona rural e os inquilinos possuem maior vulnerabilidade em relação à questão da entrada de água dentro de casa.



Sobre fortes chuvas e resistência de cada domicílio.

Gráfico 7 – Vulnerabilidade do imóvel à entrada de água por alagamento

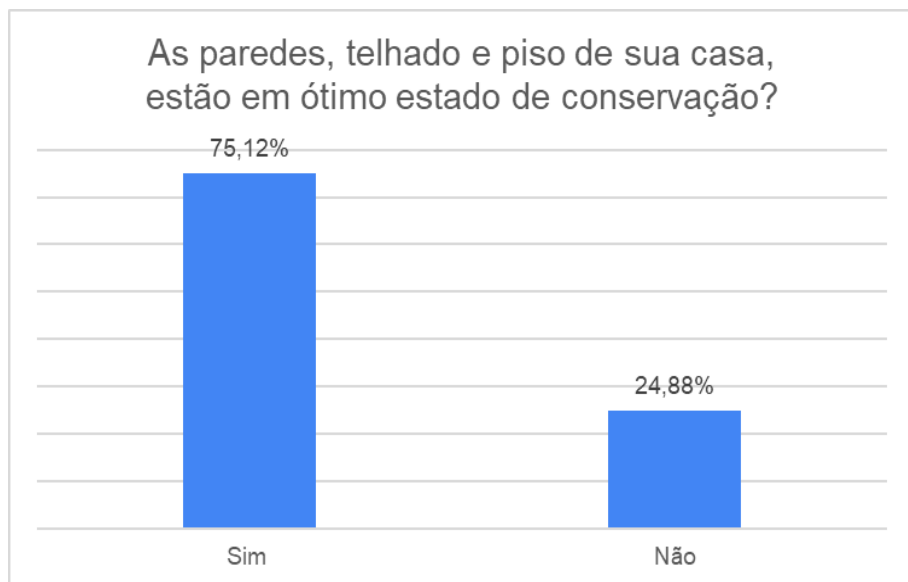


Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

A questão acima, também aborda a questão da vulnerabilidade da residência em relação à água, porém, não restringe à entrada da chuva pelo telhado, mas sim no imóvel como um todo, ou seja, podendo ser por inundação, ou alagamento da rua. Aqui é interessante observar que o percentual sobe de 22 para 24,80% em relação à questão anterior. Na totalidade, são 307 residências que são vulneráveis à entrada de água. 24,6% das residências na zona urbana sofrem com essa questão, enquanto que esse índice sobe um pouco para 25,2% entre a população rural. Dentre aqueles que residem em casa própria, 24,2% responderam afirmativamente, e dentre os demais, 25,7% se declaram vulneráveis. Da mesma forma que na questão anterior, a zona rural e os inquilinos possuem maior vulnerabilidade em relação à questão da entrada de água dentro de casa.

Em relação à qualidade do ambiente interno do domicílio, analisamos:

Gráfico 8 – Estado de conservação das residências



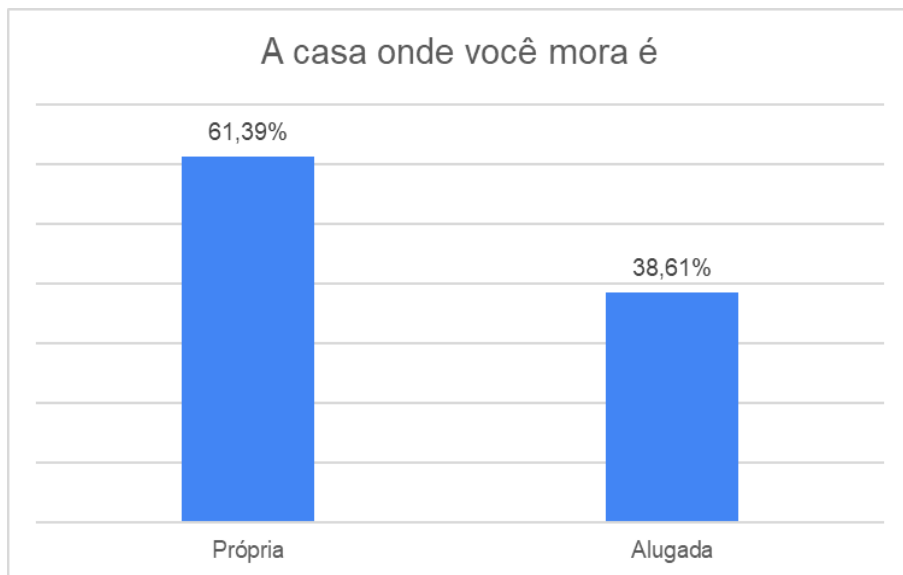
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Mais de 75% dos entrevistados vivem em residências em ótimo estado de conservação. Quase 25% responderam negativamente. Ao analisarmos os 161 respondentes que se enquadram neste percentual de 24,88%, percebemos que dentre a população rural, apenas 10% declararam enfrentar este problema. Tal percentual sobe para 13,7% entre os moradores da zona urbana. As pessoas que residem em imóveis alugados ou cedidos apresentam maior vulnerabilidade, conforme aponta o percentual de 33,7% que dizem não residir em casas que possuem telhados, paredes e pisos em ótimo estado de conservação. Tal índice cai para 19,3% dentre aqueles que residem em casa própria. Neste quesito, vemos que a população urbana que não reside em casa própria apresenta os piores índices em relação à segurança, salubridade e conforto domiciliar.



Sobre residir em casa própria ou alugada:

Gráfico 9 – Propriedade do imóvel

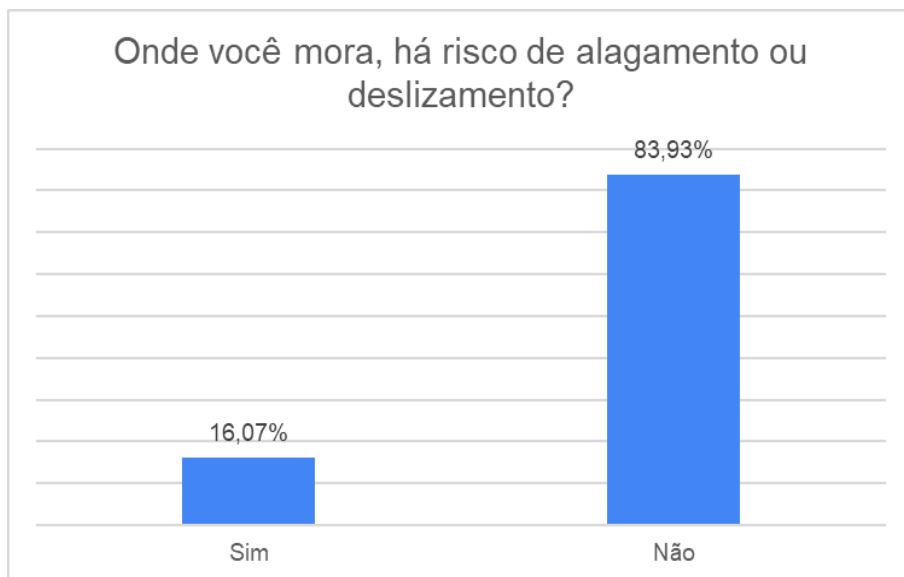


Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Mais de 60% dos entrevistados residem em casa própria, porém, quase 40% vivem em imóveis alugados ou cedidos. Dentre as pessoas que residem na zona rural, 71,6% declaram residir em casa própria. Esse índice cai para 58,3% dentre os residentes na zona urbana.

Em relação ao risco de alagamento e deslizamentos:

Gráfico 10 – Risco de deslizamentos na moradia



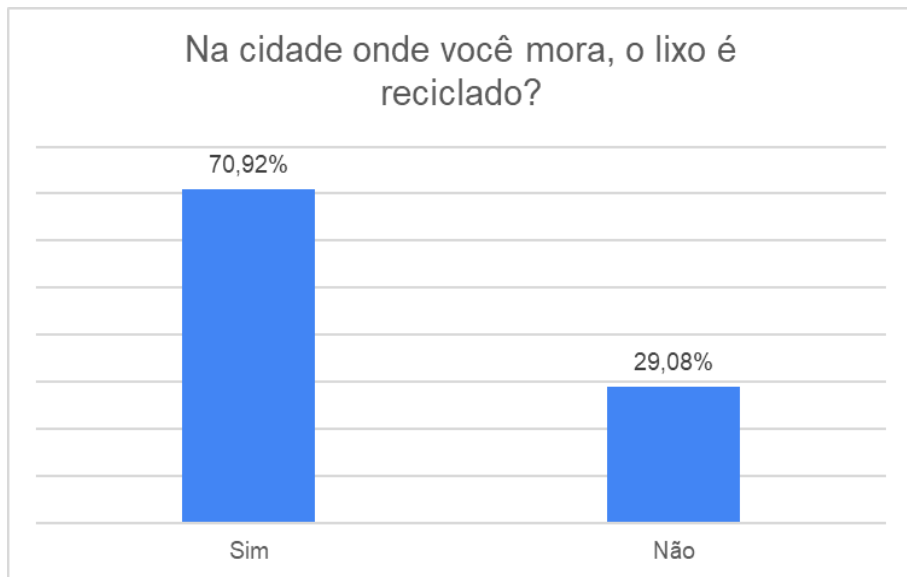
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

É visível que a maioria dos entrevistados relata não sofrer com o risco de deslizamento. No total foram 199 respondentes que responderam “sim”. Ao analisarmos esse número, 13,55% dos que residem em casa própria se incluem neste número. O percentual sobe para 20% dentre os que residem em casa alugada ou cedida. 20% da população que reside na zona rural admite existir este risco de alagamento e deslizamento. Este índice cai para 15% dentre a população urbana. A partir desses dados verifica-se que residentes na zona rural e não proprietários de seus imóveis, apresentam maior vulnerabilidade em relação à insegurança de sua moradia.

Trataremos agora, a questão do lixo:

Gráfico 11 – Coleta seletiva e destinação dos resíduos sólidos no município





Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

De acordo com o IBGE (2024) 31,9% dos municípios brasileiros ainda despejam resíduos sólidos em lixões. Após 14 anos da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 02/08/2010), que em seu artigo 54 estabelece prazos para a implementação da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, 31,9% dos municípios brasileiros ainda utilizam lixões como unidade de disposição final de resíduos sólidos, considerada a forma menos adequada de destinação final do resíduo. Os dados da nossa pesquisa revelam que mais de 70% dos entrevistados revelam que seus municípios realizam reciclagem do lixo, claro que isso não detalha e especifica a metodologia desse processo, porém é um indicador favorável para o país em que vivemos.

A condição do lixo no Brasil apresenta desafios significativos relacionados à coleta, destinação e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos (RSU). De acordo com a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA, 2025) cada brasileiro descarta em média cerca de 1 kg de lixo por dia, totalizando aproximadamente 81 milhões de

toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados em 2023. Do total gerado, cerca de 75,6 milhões de toneladas foram coletadas, o que representa 86% do lixo produzido, porém apenas 58,5% desse volume foi destinado a aterros sanitários legalizados, enquanto 41,5% ainda vão para lixões, aterros irregulares, terrenos baldios, ruas, córregos e rios, um cenário considerado preocupante por especialistas.

De acordo com matéria do Portal Edição do Brasil (Estudo revela que...2025) o Panorama dos Resíduos Sólidos de 2024, da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema) revela que a taxa de reciclagem no país é baixa, com cerca de 8,3% do lixo reciclado, o que equivale a 6,7 milhões de toneladas de materiais recicláveis reaproveitados, como papel, plástico, alumínio e vidro. A maioria desse material reciclável é coletada por catadores informais (67,2%), enquanto o restante é recolhido por serviços públicos e cooperativas. Cerca de 41% dos municípios brasileiros ainda utilizam lixões como destino dos resíduos, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelecer a erradicação desses locais até agosto de 2024. Estima-se que ainda existam cerca de três mil lixões no país, principalmente em municípios com carência técnica e financeira para implantar aterros sanitários adequados.

Em matéria publicada no Portal Exame (Se nada for feito, 2024), estudo elaborado pela consultoria internacional S2F Partners indica que, se o Brasil continuar a gerir os resíduos como atualmente, a partir de 2040, os custos totais diretos e indiretos ficarão em torno de R\$ 137 bilhões por ano, dos quais R\$ 105 bilhões corresponderão às externalidades. Se a tendência se mantiver até 2050, os custos passarão de R\$ 168 bilhões.

De acordo com a matéria, o Brasil ainda carece de infraestrutura adequada, fiscalização eficaz e investimentos robustos para ampliar a coleta seletiva, o tratamento correto dos resíduos e a logística reversa. No entanto, avanços legislativos recentes e o uso de tecnologias de



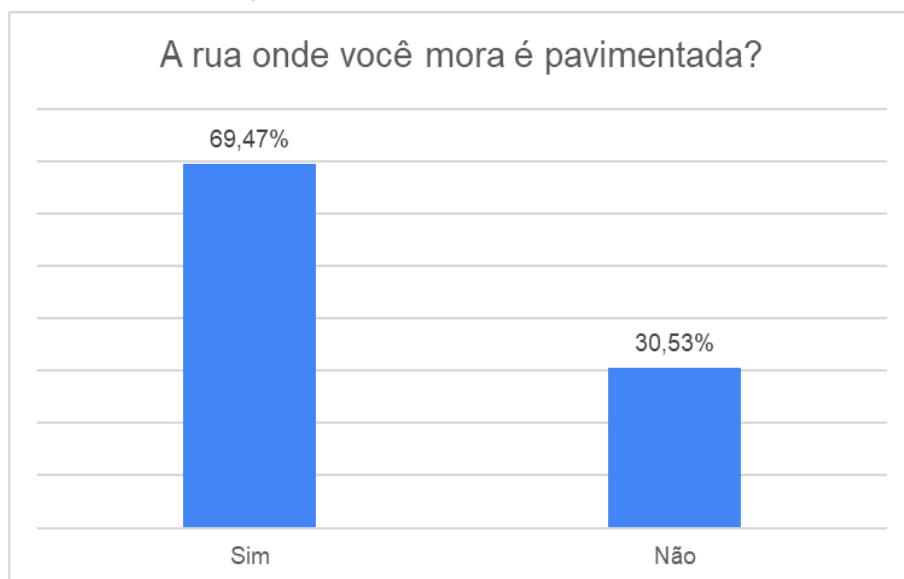
rastreamento de resíduos indicam perspectivas positivas para os próximos anos .

1.2 TRANSPORTE PÚBLICO: MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE (3)

A questão da mobilidade urbana e acessibilidade é um dos desafios tanto em grandes cidades quanto em pequenas. No interior do país é comum encontrarmos deficientes físicos com grandes dificuldades no seu cotidiano.

Neste tópico apresentaremos dados sobre pavimentação de ruas, uso de transporte público, qualidade e acessibilidade do mesmo. Iniciamos com a questão da pavimentação das ruas.

Gráfico 12 – Pavimentação das vias de acesso às residências

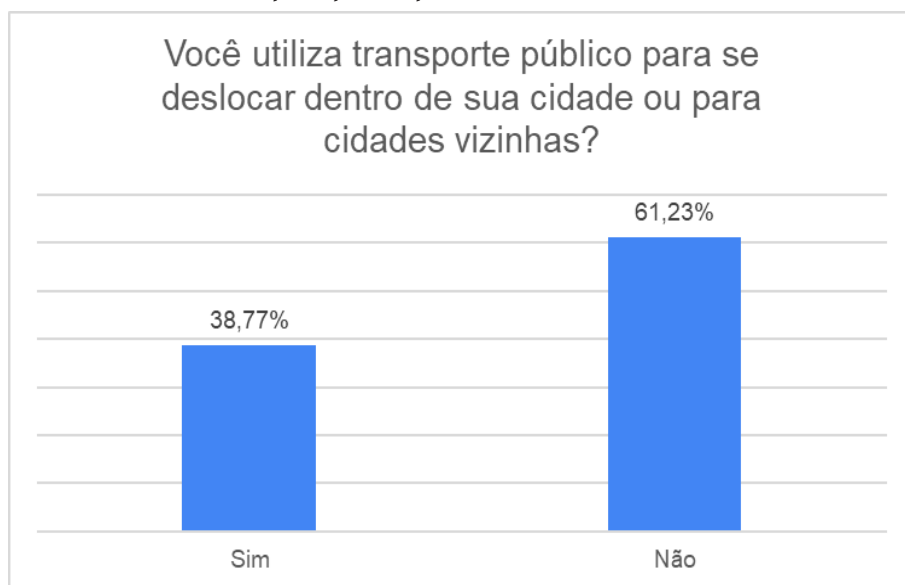


Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Verifica-se que praticamente 70% dos entrevistados residem em locais com ruas pavimentadas. Ao analisarmos o percentual de entrevistados que responderam não, em função da especificidade da zona rural, 73,6% dos residentes neste espaço, declararam que as ruas não são pavimentadas. Já dentre a população urbana, apenas 17% responderam não. De acordo com dados do Censo 2022 do IBGE (2022), 154,1 milhões de brasileiros moram em vias pavimentadas, o que representa 88,5% do total da população que reside em áreas urbanas. Isso significa que 11,5% da população brasileira, cerca de 19,5 milhões de pessoas, ainda vivem em ruas sem pavimentação. Percebe-se que na nossa amostra de pesquisa, os dados de pavimentação estão abaixo da média nacional.

Com relação ao transporte público:

Gráfico 13 – Uso do transporte público pelos entrevistados



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Mais da metade dos entrevistados não utilizam o transporte público. Dentre a população rural, 51% responderam que não utilizam

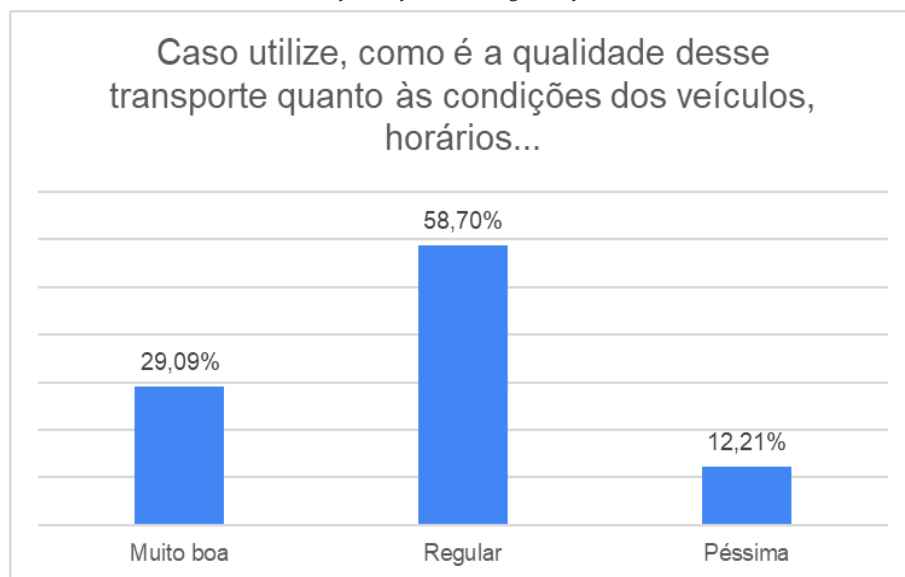


o transporte público. Na população urbana, este índice sobe para 64%. Isso também revela a especificidade de alguns municípios da região que possuem menos de 10 mil habitantes e nem possuem transporte público para deslocamento interno.

A Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU do Brasil, lançou a versão atualizada do Anuário NTU 2023/2024, com 30 anos de monitoramento da situação do transporte urbano por ônibus, no Brasil. De acordo com o Anuário (NTU, 2024) nos últimos dez anos, houve uma queda de cerca de 45% no número de passageiros transportados, mensalmente. Em 2013, o número médio de passageiros transportados, por mês, foi de 390 milhões e, em 2023, esse número caiu para 214 milhões.

Os usuários foram questionados sobre a qualidade do transporte público utilizado.

Gráfico 14 – Qualidade do transporte público (regular/péssima/boa)



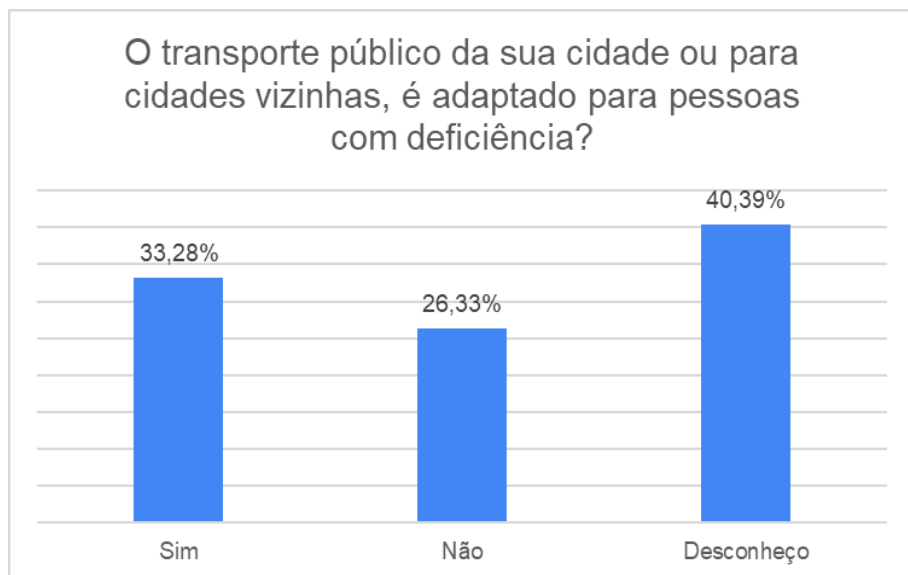
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Dentre os entrevistados usuários do serviço de transporte público, mais de 70% responderam que a qualidade do serviço é regular ou péssima. De acordo com a Pesquisa sobre Mobilidade da População Urbana, realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), o Brasil precisa de cerca de 8.900 km adicionais de infraestrutura, como faixas exclusivas e sistemas BRT, para melhorar a eficiência do transporte público. Conforme os dados (Pesquisa revela desafios...2025), apesar disso, o modelo atual ainda não prioriza adequadamente o transporte coletivo. A referida pesquisa sobre mobilidade da população urbana também destacou o impacto da pandemia na mudança de hábitos e deslocamentos, apontando o crescimento do transporte individual e a redução no uso do coletivo. Segundo os dados, entre 2017 e 2024, 29,4% dos entrevistados deixaram de utilizar o transporte público, enquanto 27,5% diminuíram sua frequência. A perda de passageiros está diretamente relacionada a questões como conforto insuficiente (28,7%), falta de flexibilidade dos serviços (20,7%) e tempo elevado de viagem (20,4%).

A nossa pesquisa buscou investigar também a questão da acessibilidade no transporte público.

Gráfico 15 – Acessibilidade do transporte público para pessoas com deficiência





Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Percebe-se que quase a metade dos entrevistados declararam desconhecer tal questão pelo fato de que a maioria dos mesmos não utiliza o transporte público, porém cabe-nos analisar o perfil dos que responderam negativamente, que totalizam 326 entrevistados. Percebe-se que há evidência de resposta negativa em todas as cidades. Dos que residem na zona rural, 37% responderam que o transporte público não é adaptado para pessoas com deficiência e este índice cai para 22% entre os residentes na zona urbana.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do IBGE (2021), realizada em 2020 com prefeituras brasileiras, apenas 20,7% dos municípios com transporte por ônibus intramunicipal tinham frota de ônibus totalmente adaptada.

Ainda de acordo com o IBGE (2025), dados do Censo 2022 mostram que, das 174,2 milhões de pessoas residentes em áreas com características urbanas no Brasil, 119,9 milhões (68,8%) moram em vias sem rampa para cadeirantes. Em 2010, eram 146,3 milhões (95,2%) residindo em

faces de quadra sem esse equipamento de acessibilidade. O Censo ainda revela que 32,8 milhões de pessoas residem em vias calçadas livres de obstáculos, equivalente a 18,8% do total da pesquisa, quesito novo no levantamento. Menores percentuais encontram-se no Maranhão (4,7%), no Piauí (4,9%) e no Acre (5,6%). Destaques positivos para Rio Grande do Sul, com 28,7%, Mato Grosso, com 27,4% e São Paulo, com 25,5%.

Numa rápida análise dos dados em relação à questão ambiental, habitacional, saneamento e mobilidade urbana, verifica-se que os entrevistados encontram-se, em sua maioria, numa situação mais favorável. Por outro lado, ao relacionarmos alguns dados, é possível perceber que pessoas que residem em imóveis alugados ou cedidos encontram-se em situação mais desfavorável do que aqueles que residem em casa própria, como é o caso de residentes em casa com mofo ou mal cheiro. Residir em locais com risco de deslizamento ou alagamento bem como em casas que estão em pior estado de conservação também são fatores que acometem com maior frequência aqueles que não residem em casa própria. São questões que merecem atenção e novas pesquisas, pois se relacionam a políticas habitacionais. A questão da qualidade e acessibilidade do transporte público é um dado mais problemático para os residentes na zona rural, apontando para as dificuldades de mobilidade para esta parcela da população que vive no campo e precisa se deslocar para a cidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA – ABRASCO. **1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental: caderno de texto**. Coordenação GT Saúde e Ambiente – Abrasco. São Paulo: ABRASCO, 2009. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-ocasionadas-pelo-meio-ambiente/doc/cnsa_livro.pdf. Acesso em: 3 mai. 2025.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE – ABREMA. **Como o Brasil poderia melhorar a destinação do seu lixo.** Notícias, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/2025/01/16/como-o-brasil-poderia-melhorar-a-destinacao-do-seu-lixo/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS – NTU. **Anuário NTU: 2023-2024.** Brasília: NTU, 2024.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO SETOR DE SANEAMENTO: UMA PERSPECTIVA PARA 2025. **P3C 2025.** NECTA Inova, 2025. Disponível em: <https://p3c.com.br/releases/desafios-e-oportunidades-no-setor-de-saneamento-uma-perspectiva-para-2025/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

EDIÇÃO DO BRASIL. **Estudo revela que apenas 8% do lixo gerado no Brasil é reciclado.** Notícias, 21 fev. 2025. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2025/02/21/estudo-revela-que-apenas-8-do-lixo-gerado-no-brasil-e-reciclado/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

EXAME. Se nada for feito, gestão de resíduos no brasil poderá custar r\$ 168,5 bilhões em 2050. **Agência Brasil de Notícias. Portal Exame,** 1 ago. 2024. Disponível em: <https://exame.com/esg/se-nada-for-feito-gestao-de-residuos-no-brasil-podera-custar-r-1685-bilhoes-em-2050/>. Acesso em: 2 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Munic 2020: apenas 1,4% dos municípios não adotaram medidas de isolamento social.** Agência de Notícias, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos municípios.** Agência de Notícias, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 mai. 2025.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2022: dois em cada três brasileiros moram em vias sem rampa para cadeirantes.** Agência de Notícias, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43166-censo-2022-dois-em-cada-tres-brasileiros-moram-em-vias-sem-rampa-para-cadeirantes>. Acesso em: 3 mai. 2025.

LACERDA, A. B. M. de; et al. **Ambiente urbano e percepção da poluição sonora.** Ambiente & Sociedade, v. 8, n. 2, p. 85–98, jul. 2005.

MAIS DE 160 MIL PISCINAS OLÍMPICAS DE ESGOTO SEM TRATAMENTO FORAM DESPEJADAS NO PRIMEIRO MÊS DE 2025. **Trata Brasil: saneamento é saúde**, 4 fev. 2025. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/mais-160-mil-piscinas-esgoto-primeiro-mes-2025/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **World Urbanization Prospects: the 2014 revision highlights.** 2014. Disponível em: <http://goo.gl/ZaXUnE>. Acesso em: 3 mai. 2025.

PESQUISA REVELA DESAFIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO NO BRASIL. **TVT News**, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://tvtnews.com.br/pesquisa-revela-desafios-do-transporte-publico-no-brasil/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

REGIS, G. S. **As potencialidades das TIC para a Pedagogia da Alternância na Educação do Campo.** Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19278>. Acesso em: 25 maio 2025.

SANEAMENTO AMBIENTAL. **2025 é considerado ano chave para avanços do setor.** Notícias, 7 jan. 2025. Disponível em: <https://saneamentoambiental.com.br/noticias/2025-e-considerado-ano-chave-para-avancos-do-setor>. Acesso em: 3 mai. 2025.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. **Você já conhece o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis?** Núcleo de pesquisa e extensão da USP sobre alimentação sustentável, 19 out. 2020. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/2020/10/19/ods-11-cidades-sustentaveis/>. Acesso em: 3 mai. 2025.



CAPÍTULO 2

O ESPAÇO PÚBLICO EM ANÁLISE: CULTURA, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



1 INTRODUÇÃO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 na Agenda 2030 busca proporcionar um movimento global para enfrentar os desafios da urbanização e promover a sustentabilidade. A intenção é criar ambientes urbanos que sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, com o intuito de aprimorar a gestão de recursos, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e aumentar a participação na governança urbana.

Neste capítulo abordaremos temáticas relacionadas às entrevistas realizadas, divididas em três categorias. A primeira denomina-se: **Violência e segurança pública**, na qual serão apresentadas análises voltadas à criminalidade, violência, sensação de segurança. A segunda categoria chamada **Espaços públicos e patrimônio cultural** contempla uma análise sobre a qualidade e preservação dos espaços públicos, bem como a arborização desses espaços, relação entre poder público e preservação do patrimônio e história local. A terceira categoria denominada **controle social e participação comunitária** analisa o nível de engajamento social, político e comunitário dos entrevistados.

2.1 SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Neste item analisaremos a questão da violência e segurança pública na perspectiva dos entrevistados. Dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2025), o número 11, em sua meta 11.1, prevê até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

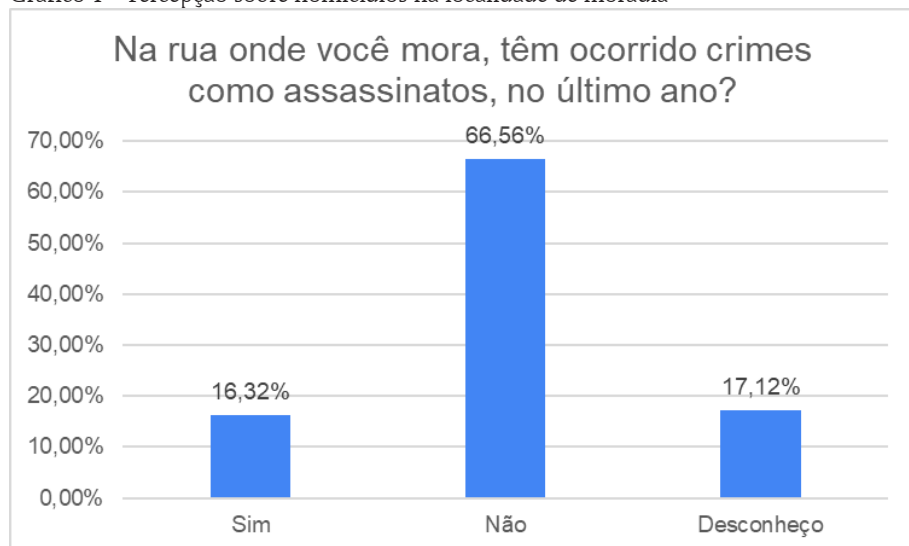
De acordo com Cardoso et al (2013, p.145) a vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança, podem ser concebidas como indicadores apropriados e de “grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, bem como para identificar o grau de



confiança das pessoas em relação às instituições de justiça criminal e, de modo mais específico, às instituições policiais”. Diante do exposto, neste tópico, analisaremos a percepção sobre a violência e a sensação de segurança entre os entrevistados.

Iniciaremos com a questão de homicídios no bairro e localidade onde residem.

Gráfico 1 – Percepção sobre homicídios na localidade de moradia



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

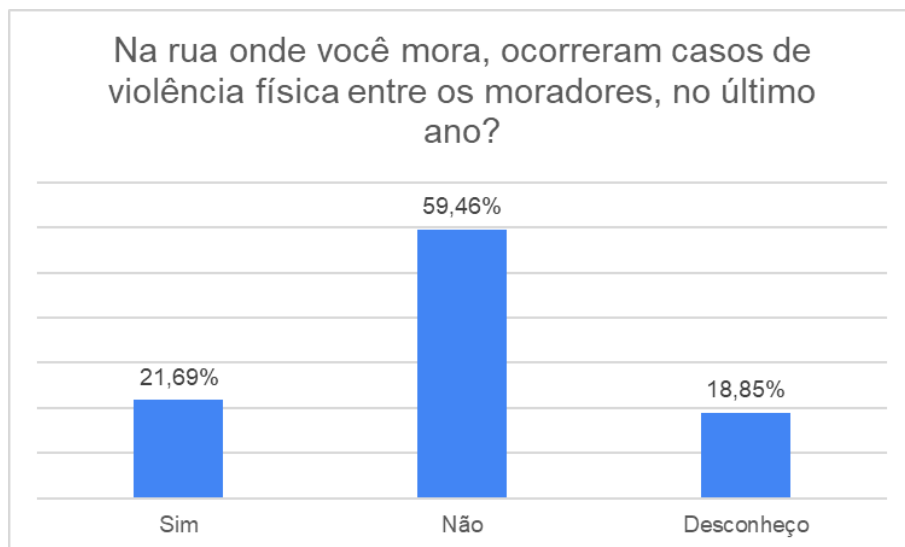
Mais de 65%, de certa forma residem em locais tranquilos. Dentre aqueles que responderam sim, totalizam 202 entrevistados. Dentre aqueles que residem em área urbana, 17% responderam afirmativamente à questão e 14% foi o percentual entre os residentes na zona rural. Com uma leve superioridade, é possível perceber que a violência ainda é maior na cidade.

De acordo com o Atlas da Violência 2024 (IPEA, 2024) as estatísticas oficiais mostram que o Brasil registrou 46.409 homicídios em

2022, uma taxa de 21,7 por 100 mil habitantes. O Atlas da Violência 2024 e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela que esse número é subestimado, devido à grande quantidade de mortes violentas por causa indeterminada ocorridas no país. Os autores do estudo estimam 52.391 homicídios em 2022, somando a quantidade de casos oficialmente registrados com os que ficaram ocultos. De acordo com o documento, entre 2012 e 2022, 131.562 pessoas morreram de forma violenta sem que o Estado conseguisse identificar a causa básica do óbito, se decorrente de acidentes, suicídios ou homicídios – as chamadas mortes violentas por causa indeterminada.

No gráfico abaixo trataremos sobre a violência entre moradores.

Gráfico 2 – Ocorrência de violência física entre vizinhos



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Mais de 50% dos entrevistados relatam que não presenciaram casos de violência física entre seus vizinhos. Dentre os 267 entrevistados que responderam afirmativamente, 223 residem na zona urbana e 44 na zona rural. Estes números apontam que apenas 23% das pessoas que

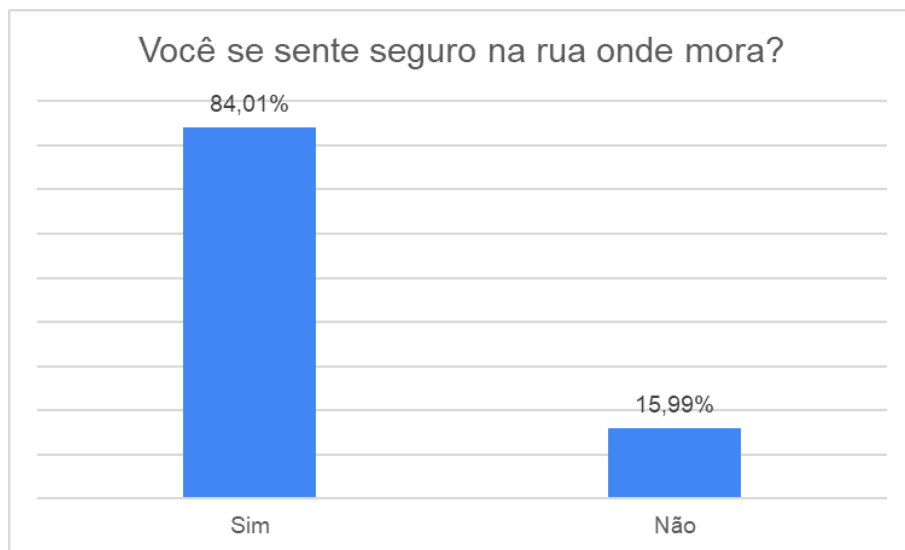


vivem na zona urbana afirmam ter presenciado este tipo de violência. Este índice cai para 15% em relação à população rural.

Para Mascarenhas et al (2019) a violência no Brasil permanece como um fenômeno que afeta, de maneira desigual, as mulheres, jovens e negros. É necessário que suas características sociodemográficas sejam consideradas ao se planejarem e implementarem medidas de enfrentamento da violência e suas consequências ao nível individual, familiar e social.

No próximo gráfico, analisaremos a questão da sensação de segurança dos moradores.

Gráfico 3 – Sensação de segurança dos entrevistados



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Verifica-se que quase 90% dos entrevistados manifestam sensação de segurança nos locais onde residem. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do IBGE (PNAD, 2022), em 2021, 89,5% das pessoas se sentiam seguras no domicílio, ante 72,1% no seu bairro, e 54,6% na cidade onde viviam. O grau de segurança dos moradores de

áreas rurais supera o das áreas urbanas. Na nossa pesquisa, 84% dos residentes na área urbana manifestam se sentir seguros, e o mesmo índice se repete entre os moradores da zona rural. De acordo com o IBGE (PNAD, 2022), a maior sensação de segurança ocorre na região Sul, a menor na região Norte. A pesquisa também revelou que os homens se sentem mais seguros que as mulheres.

De acordo com Soares (2007), no Brasil o sentimento de insegurança é bastante alto, e pode inclusive se relacionar com questões de saúde mental pública. Ainda de acordo com o autor, o medo e a insegurança decorrem da informação que as pessoas recebem sobre a violência.

Atualmente as pessoas estão muito conectadas às redes sociais e aplicativos de conversação, o que sugere que estão bem informadas sobre o que acontece ao seu redor. Isso pode sugerir a hipótese de que o alto índice de sensação de segurança entre os entrevistados revelam que nos municípios onde vivem, também são baixos os índices de criminalidade? De acordo com dados da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina (Secom, 2025), a criminalidade está em queda: “Santa Catarina registra redução em roubos, furtos e feminicídios em 2024”

No próximo tópico abordaremos a questão do espaço público e patrimônio cultural.

2.2 ESPAÇOS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL

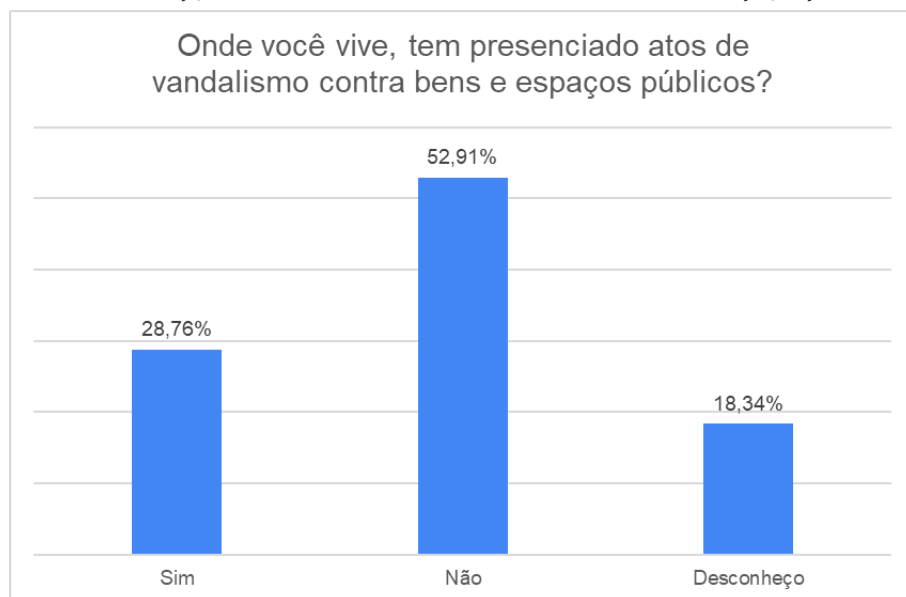
A questão do espaço público e patrimônio cultural é um elemento fundamental para a qualidade de vida. O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) é incumbido pela Assembleia Geral da ONU de promover cidades social e ambientalmente sustentáveis. De acordo com este Programa (UN-Habitat, 2025), o espaço público é crucial para cidades e comunidades sustentáveis:



fornece serviços ecossistêmicos, melhora a saúde e o bem-estar, garante a inclusão social e o intercâmbio econômico. Oferece uma oportunidade de enriquecer a qualidade de vida de todos os moradores urbanos, sem deixar ninguém para trás. Dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2025), o número 11, em sua meta 11.7 prevê até 2030, “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, aos espaços públicos verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

Diante do exposto, iniciaremos apresentando os dados sobre a percepção dos entrevistados em relação à preservação do espaço público.

Gráfico 4 – Percepção dos entrevistados sobre atos de vandalismo em espaços públicos



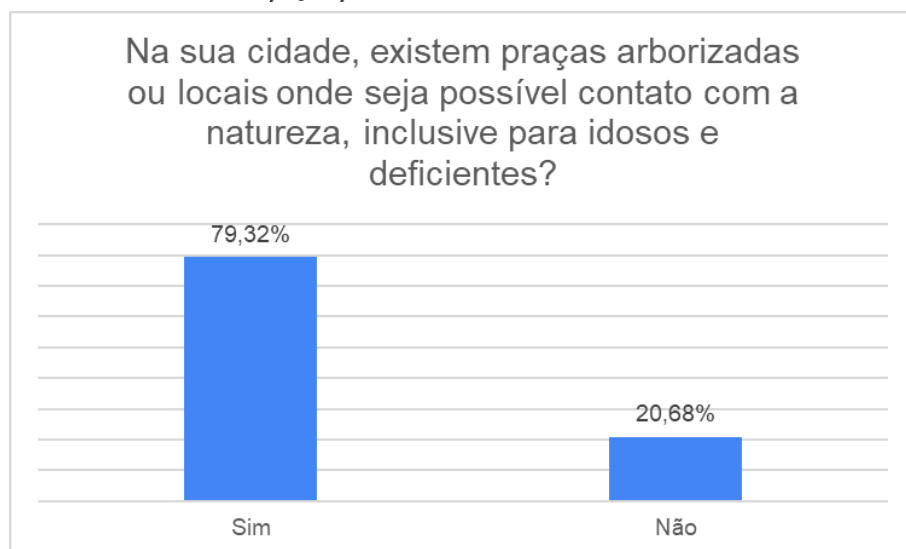
Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Importante destacar que mais de 50% não têm presenciado atos de vandalismo contra os bens e espaços públicos. Foram 356 pessoas, ou seja, quase 29% dos entrevistados responderam afirmativamente. Ao fazermos uma relação entre a percepção de atos de vandalismo contra bens

públicos e assassinatos, temos a seguinte análise: 49% das pessoas que tem presenciado assassinato em sua rua, responderam afirmativamente sobre ter presenciado atos de vandalismo. E apenas 26,8% das pessoas que não tem presenciado assassinato em sua rua responderam afirmativamente sobre ter presenciado atos de vandalismo. Tal dado nos ajuda a levantar algumas hipóteses como a de que localidades mais violentas também representam maiores probabilidades de depredação do espaço público e isso pode nos remeter à uma análise da relação entre comunidades economicamente mais vulneráveis e a insegurança pública?

No item a seguir abordaremos o acesso a espaços de contato com a natureza.

Gráfico 5 – Acesso a espaços públicos e contato com a natureza



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Quase 80% dos entrevistados têm a possibilidade de ter um contato com a natureza. Interessante observar que de acordo com matéria de Fontana (2025), a capital catarinense, Florianópolis, apareceu no ranking de menores percentuais de arborização em concentrações urbanas no



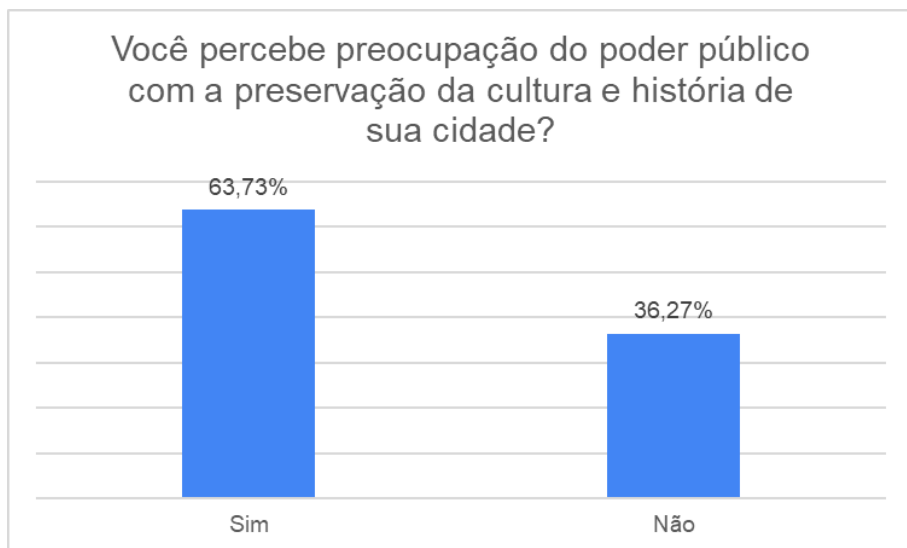
levantamento Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025). Segundo a matéria, os municípios de Brusque, Tubarão, Laguna, São Bento do Sul e Rio Negrinho também aparecem como destaque negativo no ranking. Nenhuma cidade catarinense apareceu entre as com maiores percentuais de arborização na pesquisa. Para Mora (2009) os espaços públicos urbanos devem permitir, para além da integração dos diferentes cidadãos e das suas atividades, o encontro, a permanência, a recreação, a expressão cultural, o contato das pessoas com a natureza e a sobrevivência dos sistemas naturais no meio urbano.

A acessibilidade de praças públicas no Brasil é uma questão crucial para garantir a inclusão social e o direito de todos a um lazer seguro e igualitário. A Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000), é um marco importante nessa área, mas a sua aplicação e o cumprimento das normas nem sempre são eficientes.

Diante da importância de políticas públicas e legislações nessa direção, analisaremos a seguir a questão da preservação da cultura e história local.

Gráfico 6 – Avaliação sobre a preservação da cultura e história local pelos gestores





Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Percebe-se que mais de 60% dos entrevistados declara que os gestores públicos possuem essa preocupação. Foram 449 respondentes que responderam negativamente. Para analisarmos quais das cidades tiveram o maior percentual de respondentes neste universo de 449, tivemos Chapecó com 48%, seguida de São Miguel D'Oeste com 38% e as demais com números próximos e menores. Para Le Goff (1990) a memória é muito importante para a identidade, individual ou coletiva, sendo que para o autor, a memória coletiva é um instrumento e um objeto de poder, e não apenas uma conquista. Rodrigues e Machado (2010) ao escreverem sobre a importância da memória para uma cidade, consideram que a memória é um fator de identificação humana; é a marca ou sinal de sua própria cultura. Para as autoras, é essa memória que pode nos distanciar nos aproximar.

Na região Oeste do Estado encontramos algumas iniciativas muito interessantes nessa linha de preservação da memória e cultura local. A Prefeitura de Formosa do Sul, em parceria com o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM/ Unochapecó) construiu o projeto



de pesquisa e extensão denominado “Patrimônio-Escola-Comunidade Formosa do Sul”, iniciado em 2010. De acordo com Onghero et al (2019) o projeto tinha como objetivo o registro de aspectos do patrimônio material e imaterial relacionados aos moradores de Formosa do Sul. A primeira ação do projeto consistiu em entrevista com as famílias da cidade para valorizar a memória local, posteriormente foi produzido um livro intitulado “Retratos e Memórias da História de Formosa do Sul”. (Onghero, 2012). Um segundo desdobramento cultural deste projeto foi a implementação do Museu Municipal, também iniciado em 2014.

Importante destacar o trabalho do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), um espaço de pesquisa, salvaguarda e difusão do patrimônio arqueológico regional. De acordo com Carbonera et al (2022), o CEOM foi criado e mantido pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), o Centro tem sede na cidade de Chapecó/SC. O Centro foi criado nos anos 1980, e até os dias atuais, contribui para a valorização de ações e projetos voltados à preservação do patrimônio histórico regional.

A seguir discutiremos a questão do envolvimento das pessoas com sua comunidade.

2.3. CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

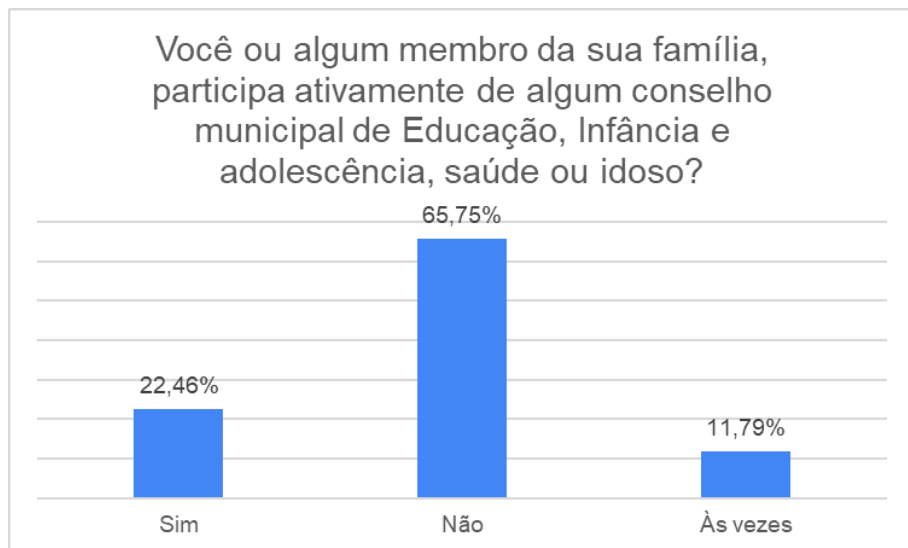
No que se refere aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2025), o número 11, em sua meta 11.3, prevê que até 2023 possamos aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países. Precisamos promover espaços comunitários de participação e planejamento coletivo. Para Santos (1982, p.43) comunidade é uma realidade capaz de vencer e substituir “a mentalidade capitalista, ou seja, o desejo de lucro



imediatista e individualista que impregna o mundo todo ao redor”. A concepção comunitária precisa fazer frente ao individualismo consumista competitivo baseado na busca individual pela distinção por meio da posse de bens e serviços. Para Guindani e Koga (2022) o mundo precisa de pessoas que busquem seguir um novo paradigma de sucesso, baseado na felicidade coletiva, horizontal, fraterna e solidária. A participação em espaços e organizações sociais estimula habilidades de convivência com o pensamento diferente e contribui para a promoção da paz e justiça social.

Nesse sentido apresentamos abaixo uma análise acerca da participação em conselhos comunitários ou outro agrupamento social.

Gráfico 7 – Participação em conselhos comunitários ou outros agrupamentos sociais



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

A participação em conselhos não é algo muito comum, mas consideramos positivo que mais de 30% tenham algum tipo de participação. 57% da população rural se enquadra entre aqueles que responderam não, e na população urbana este percentual sobe para 68, o que nos indica uma participação maior em conselhos dentre os moradores

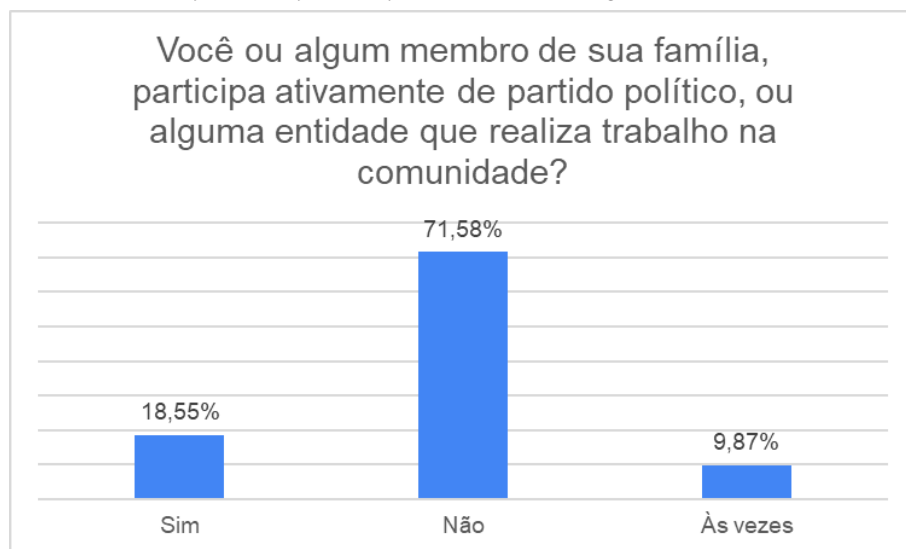


da zona rural. A cidade que apresentou o menor índice de respondentes na alternativa “não” foi São Miguel D’Oeste e a que obteve o maior percentual foi Videira e Xanxerê. Pode-se levantar muitas hipóteses, dentre elas, a prevalência de um modelo de gestão pública que fomente um planejamento participativo na comunidade.

De acordo com Presoto e Westphal (2005) a participação da sociedade civil organizada em conselhos possibilita o exercício do controle social sobre as políticas governamentais, além de contribuir para a formulação e proposição de diretrizes, e o estabelecimento de prioridades voltadas ao atendimento das necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais.

A questão que segue busca analisar a participação em agremiações partidárias ou outra entidade comunitária

Gráfico 8 – Participação em partidos políticos ou outras organizações da sociedade civil



Fonte: Adaptado de Google Forms (2024).

Percebe-se um menor número de participantes em partidos políticos ou alguma organização da sociedade civil. Para Meneguello

(1998) estudos sobre a evolução da dinâmica partidária em democracias ocidentais apontam que os partidos políticos estão sendo marcados pela crescente perda da capacidade de constituição de vínculos sociais estreitos. É o que parece revelar os dados da nossa pesquisa, uma certa descredibilidade da população em relação aos partidos.

Em relação à participação social, em 2014, por meio do Decreto 8.243/2014, foi instituída a Política e o Sistema Nacional de Participação Social - PNPS (Brasil, 2014). De acordo com Almeida (2017, p.651), as principais contribuições da PNPS foram “o estabelecimento de um estatuto jurídico a mecanismos antes previstos informalmente, o tratamento de questões centrais do ponto de vista da representatividade”. Na mesma perspectiva, a autora afirma que a Política pretendia ser uma tentativa de “articular os espaços, principalmente conselhos e conferências, na busca pela oxigenação da participação, de maneira a atrair o público, geralmente distante das experiências institucionalizadas”. O que se evidencia atualmente é uma diminuição da participação em espaços coletivos no Brasil.

O novo relatório da Oxfam Brasil, “Democracia Inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras” (Oxfam Brasil, 2021) lançado em agosto de 2021, analisa o nível de participação e a representação política brasileira desde o Império até os dias de hoje e como essa relação contribui para tornar o país mais democrático.

De acordo com o relatório, para ampliar a participação popular nos processos decisórios políticos, foram criadas diversas instituições participativas como conselhos, comissões, conferências e orçamentos participativos. Em 2018, havia no Brasil 40 conselhos ou comissões nacionais de políticas públicas – 75% dos quais criados a partir da Constituição de 1988. O Relatório destaca que em abril de 2019, o Governo Federal publicou o Decreto 9759/19 (Brasil, 2019) extinguindo ou restringindo a existência de colegiados participativos na esfera federal. Isso afetou conselhos e comissões que tratavam de temas variados, como



drogas, trabalho decente, pessoas com deficiência, Previdência, política indigenista, segurança pública, direitos dos idosos, população LGBTQI+ e segurança alimentar.

Importa aqui destacar que a meta 11.3 da ODS 11 (ONU, 2025) estimula o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países, o que aponta para a importância de políticas públicas que fomentem espaços de planejamento participativo e integrado em todos os espaços urbanos e rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS – e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. *Diário Oficial da União*, p. 6-8, Poder Executivo, Brasília/DF, 26 Maio 2014.

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

CARBONERA, M. et al. **Interfaces entre Arqueologia, Museologia e Educação: a experiência do CEOM/Unochapecó em relação ao patrimônio arqueológico do Oeste Catarinense.** *Revista Museu Arqueologia e Etnologia*, v. 39, p. 6-26, 2022.



CARDOSO, Gabriela Ribeiro; SEIBEL, Erni José; MONTEIRO, Felipe Mattos; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 144–161, ago./set. 2013. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/316>. Acesso em: 25 maio 2025.

FONTANA, Nathalia. **Florianópolis está entre as cidades menos arborizadas do país, aponta IBGE.** *NSC Total*, Florianópolis, 18 abr. 2025. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/florianopolis-esta-entre-as-cidades-menos-arborizadas-do-pais-aponta-ibge>. Acesso em: 26 maio 2025.

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara. **O novo sucesso: uma crítica à meritocracia.** Curitiba: Appris Editora, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. Censo Demográfico 2022 Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE. 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102168.pdf>. Acesso: 26 maio 2025

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência estima que 51.726 homicídios ficaram sem registro no Brasil entre 2012 e 2022.** *Notícias*, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15111-atlas-da-violencia-estima-que-51-726-homicidios-ficaram-sem-registro-no-brasil-entre-2012-e-2022>. Acesso em: 25 mai. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Unicamp, 1990.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros et al. **Prevalence of exposure to violence among adults – Brazil, 2019.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 24, suppl 2, e210019, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210019.supl.2>. Acesso em: 25 maio 2025.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 - 1997).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.



MORA, M. A. R. **Indicadores de calidad de espacios públicos urbanos, para la vida ciudadana, em cidades intermedias.**

In: Congresso Internacional de Americanistas, 53., 2009, Cidade do México. Disponível em: http://observatorio.dadep.gov.co/sites/default/files/documentos/ar11_indicadores_de_calidad_de_espacios.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

ONGHERO, André Luiz. **Retratos e memórias da história de Formosa do Sul.** Chapecó: CEOM/Unochapecó, 2012.

ONGHERO, André Luiz; FRIGO, Daiane; CARBONERA, Mirian. **Retratos e memórias: valorização da história e patrimônio cultural de Formosa do Sul/SC.** *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 32, n. 51, p. 1–15, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5055>. Acesso em: 26 maio 2025.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada: um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/08/relatorio_democracia_inacabada_vs07.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Programa Global de Espaço Público.** UN-Habitat, 2025. Disponível em: <https://unhabitat.org/programme/global-public-space-programme>. Acesso em: 25 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e comunidades sustentáveis.** Nações Unidas do Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/>. Acesso em: 25 maio 2025.

PRESOTO, L. H.; WESTPHAL, M. F. **A participação social na atuação dos conselhos municipais de Bertiooga - SP.** *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 68–77, jan. 2005.

SANTOS, J. B. P. dos. **Uma saída para o desemprego: comunidade de trabalho na cidade ou no campo.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO DE SANTA CATARINA – SECOM-SC. **Criminalidade em queda: Santa Catarina registra redução em roubos, furtos e feminicídios em 2024.** *Agência de Notícias*, 28 jan. 2025. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/criminalidade-em-queda-santa>



catarina-registra-reducao-em-roubos-furtos-e-feminicidios-em-2024/#:~:text=Apesar%20de%20um%20aumento%20de,%2C5%25%20tamb%C3%A9m%20possu%C3%ADam%20passagem... Acesso em: 25 maio 2025.

SOARES, G. A. D. **O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados.** In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). *Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007*. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.



CAPÍTULO 3

ODS 11 E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE E O ENSINO SUPERIOR



1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades, aliado às demandas por sustentabilidade e inclusão social, coloca o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11)** no centro do debate sobre políticas públicas no Brasil. Esse objetivo busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015), abrangendo temas como habitação, saneamento básico, mobilidade urbana, segurança pública, preservação ambiental e proteção do patrimônio cultural. A complexidade dessas demandas exige uma abordagem intersetorial e integrada, com participação ativa da sociedade, dos governos e das instituições de ensino superior (Brasil, 2023).

Este capítulo propõe uma análise das políticas públicas relacionadas ao ODS 11, destacando o papel do Ministério das Cidades, os desafios para a gestão urbana sustentável e a importância da abordagem de temas transversais no ensino superior. Discute-se também a relevância do estudo de políticas públicas na formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a construção de cidades mais justas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O ODS 11: CONCEITOS E CONEXÕES

As **políticas públicas** podem ser definidas como “o conjunto de decisões e ações do Estado para enfrentar problemas públicos, visando a garantia de direitos e a promoção do bem-estar social” (Souza, 2021, p. 18). No contexto do ODS 11, as políticas públicas têm papel fundamental na estruturação de cidades sustentáveis, englobando diversas dimensões:



- **Políticas habitacionais:** enfrentam o déficit de moradias dignas, a informalidade e a segregação socioespacial (IPEA, 2020);
- **Saneamento básico:** busca a universalização do acesso a serviços essenciais, como água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos (Brasil, 2020);
- **Mobilidade urbana:** promove sistemas de transporte acessíveis, seguros, eficientes e de baixo impacto ambiental (CNT, 2021);
- **Segurança pública:** prioriza a redução da violência e a construção de espaços urbanos seguros e acolhedores (Waiselfisz, 2016);
- **Preservação do patrimônio cultural:** garante a salvaguarda de bens materiais e imateriais que representam a memória coletiva e a identidade cultural (IPHAN, 2022);
- **Políticas ambientais:** visam proteger os ecossistemas urbanos e reduzir os impactos das mudanças climáticas (Silva; Souza, 2021).

Essas áreas são interdependentes e demandam uma gestão integrada. O **Ministério das Cidades** é o órgão central na formulação e execução dessas políticas, com foco em programas como o **Minha Casa, Minha Vida**, **PAC Mobilidade Urbana** e o **Programa Nacional de Saneamento** (Brasil, 2023).

Recriado em 2023, o **Ministério das Cidades** assumiu a missão de articular políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável no Brasil. Entre suas principais atribuições estão:

- Definir diretrizes para a política urbana nacional;



- Formular e implementar políticas habitacionais, de saneamento e de mobilidade urbana;
- Promover a integração entre governo federal, estados e municípios;
- Incentivar a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano (Brasil, 2023).

O grande desafio do Ministério está na gestão de demandas complexas em um país marcado por desigualdades históricas. Como destacam Cavalcanti e Costa (2023, p. 132), “a implementação de políticas públicas urbanas no Brasil enfrenta obstáculos como a fragmentação institucional, a escassez de recursos financeiros e a dificuldade de articulação entre os diferentes níveis de governo”.

Além disso, o avanço das agendas globais, como a **Agenda 2030**, e os compromissos assumidos no Acordo de Paris colocam o Brasil sob pressão para transformar suas cidades, reduzindo emissões de carbono e aumentando a resiliência urbana (ONU, 2015).

3 ENSINO SUPERIOR, TEMAS TRANSVERSAIS E A FORMAÇÃO CIDADÃ

O ensino superior tem papel estratégico na formação de profissionais críticos e preparados para atuar em políticas públicas. As **Diretrizes Curriculares Nacionais** (DCNs) para a educação superior no Brasil estabelecem a obrigatoriedade de abordar **temas transversais**, como ética, direitos humanos, pluralidade cultural e sustentabilidade (Brasil, 2001). Esses temas estão diretamente relacionados às metas do ODS 11, ao promoverem uma visão integrada do desenvolvimento sustentável.

Lima e Silva (2022, p. 87) ressaltam que “a inclusão de temas transversais no currículo permite a formação de competências críticas,



a compreensão das desigualdades sociais e a promoção de uma atuação profissional responsável e ética”. No entanto, há desafios para a efetivação dessa proposta, como a resistência de algumas áreas acadêmicas em dialogar com outras disciplinas, a falta de formação docente específica e a dificuldade de conectar teoria e prática.

O estudo de políticas públicas no ensino superior é essencial para preparar profissionais capazes de atuar no planejamento e execução de soluções para problemas sociais. Segundo Secchi (2010), a análise de políticas públicas deve considerar os processos decisórios, os atores envolvidos e os impactos sociais das ações governamentais. Para isso, é fundamental que os estudantes desenvolvam habilidades de análise crítica, interpretação de dados, argumentação e comunicação.

Os principais desafios para estudar políticas públicas no ensino superior incluem:

- A complexidade dos temas, que exigem abordagem multidisciplinar;
- A necessidade de atualização constante, diante das mudanças legais e institucionais;
- A articulação entre conteúdos teóricos e experiências práticas, por meio de projetos de extensão, estágios e pesquisa aplicada;

A compreensão do papel do Estado, da sociedade civil e do setor privado na formulação e implementação das políticas.

Além disso, a falta de integração entre as agendas globais, como os ODS, e as disciplinas acadêmicas pode limitar o potencial transformador da educação superior (UNESCO, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os resultados apresentados ao longo deste estudo evidenciam a complexidade dos desafios relacionados ao ODS 11, que propõe a construção de cidades e comunidades sustentáveis, inclusivas, seguras e resilientes. A partir da análise das entrevistas realizadas, fica evidente que as questões de moradia, mobilidade urbana, saneamento básico, segurança pública, preservação dos espaços públicos e patrimônio cultural são interdependentes e impactam de forma direta a qualidade de vida da população, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

No campo da **moradia e mobilidade urbana**, observa-se que o acesso a habitações seguras, livres de riscos como infiltrações, deslizamentos e alagamentos, ainda não é uma realidade para todos. A condição de moradia revela um cenário de maior vulnerabilidade para inquilinos e moradores da zona rural, que enfrentam precariedades como a falta de infraestrutura básica e dificuldades de acesso à água potável e à coleta de esgoto. Conforme apontado no relatório da **Plataforma Saneamento Ambiental (2025)** e no **Instituto Trata Brasil (2025)**, a universalização do saneamento básico permanece como um desafio nacional, afetando diretamente a saúde pública e o meio ambiente. A **mobilidade urbana**, por sua vez, é marcada pela baixa qualidade dos serviços de transporte público, falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e a ausência de políticas que priorizem o transporte coletivo, corroborando os dados da **Confederação Nacional do Transporte (2024)**.

Em relação à **segurança pública**, as percepções de segurança relatadas pelos entrevistados contrastam com os altos índices de homicídios e violências mapeados em estudos como o **Atlas da Violência (IPEA, 2024)**. A sensação de segurança subjetiva pode estar atrelada a contextos locais, mas o problema da violência urbana persiste como um desafio estrutural, demandando políticas de prevenção, controle social e participação comunitária efetiva. A questão do **espaço público** e do



patrimônio cultural também emerge como um eixo fundamental: mais de 50% dos entrevistados relataram não presenciar atos de vandalismo, mas há sinais de fragilidade na preservação de espaços verdes, praças e bens culturais, evidenciando a necessidade de maior investimento em políticas públicas para a conservação da memória coletiva e dos ambientes urbanos.

Outro ponto crucial é a baixa participação da população em espaços de controle social e decisões políticas, como conselhos municipais ou organizações comunitárias. Esse dado reforça o desafio de fomentar o engajamento cívico e a corresponsabilidade na gestão das cidades, especialmente no contexto da implementação de políticas públicas integradas e orientadas pelos ODS.

No âmbito educacional, torna-se imprescindível incluir os **temas transversais** no ensino superior, conforme previsto nas **Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2001)**. Questões como sustentabilidade, direitos humanos, diversidade cultural e ética precisam ser abordadas de maneira crítica, interdisciplinar e conectada à realidade local. A formação de profissionais capazes de compreender e atuar sobre os desafios urbanos, aliando teoria e prática, é condição indispensável para o avanço de políticas públicas mais eficazes e para o cumprimento das metas do ODS 11. A pesquisa reforça a necessidade de metodologias ativas, projetos de extensão e parcerias entre universidades, governos e comunidades para transformar o conhecimento acadêmico em soluções concretas.

Por fim, construir cidades sustentáveis no Brasil requer enfrentar desigualdades históricas, investir em infraestrutura básica, fortalecer políticas de habitação, transporte, saneamento e segurança pública, além de proteger o patrimônio cultural e ambiental. A gestão integrada, a participação social e a articulação entre os diferentes níveis de governo são condições essenciais para que as cidades brasileiras avancem em direção à sustentabilidade, à justiça social e à qualidade de vida para todos os



cidadãos. O papel das instituições de ensino superior, nesse contexto, é formar sujeitos críticos, criativos e engajados, capazes de contribuir para o desenvolvimento de cidades mais humanas, resilientes e inclusivas, conforme preconiza o ODS 11.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Ministério das Cidades**. Portal oficial. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Superior**. Resolução CNE/CES nº 1, de 2001.

CAVALCANTI, Lucas; COSTA, Renata. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: desafios para o ensino superior**. Revista de Educação, v. 30, n. 2, p. 123-140, 2023.

CNT – Confederação Nacional do Transporte. **Relatório de mobilidade urbana 2021**. Disponível em: <https://www.cnt.org.br>. Acesso em: 25 maio 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preservação do patrimônio cultural no Brasil**. Brasília, 2022.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Política habitacional no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, 2020.

LIMA, Marta; SILVA, André. **Educação superior e temas transversais: perspectivas críticas**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, n. 3, p. 80-98, 2022.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 25 maio 2025.



SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Mariana; SOUZA, João. **Cidades sustentáveis: o desafio da urbanização no Brasil**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 15, n. 1, p. 45-67, 2021.

UNESCO. **Reimaginando nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Paris: Unesco, 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Brasília: FLACSO Brasil, 2016.





CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A ODS 11 NA INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

